

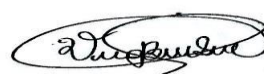
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015/2025

RONDOLÂNDIA - MT

JUNHO/2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "A. S. Mendes".A second handwritten signature in blue ink, which is more stylized and less legible than the first.

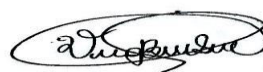
30 PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA
31 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA 2013/2016

32
33
34 BETT SABAH MARINHO DA SILVA
35 PREFEITA

36
37
38
39 VAGDA BARBOSA DA SILVA
40 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

41
42
43
44
45
46 **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/ADEQUAÇÃO**
47 **DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

48
49 ADRIANA RIBEIRO DE BRITO
50 ANDREIA MARIA GIURIATTO CARRIÇO
51 ARMINDO MOREIRA MAGALHÃES
52 BALTAZAR DE MEDEIROS
53 CLEMILDO ARAUJO DE BRITO
54 GRACIELA CARVALHO DRUMOND
55 JURANDIR OLIVEIRA DE SOUZA
56 LÍGIA NEIVA
57 LUCIANA ALVES DE OLIVEIRA
58 MOACIR SOARES DA COSTA
59 NEIDSON GOMES TEMPONI
60 OSÉIAS PEREIRA DIAS
61 VÂNIA SOARES DA SILVA



AGRADECIMENTOS

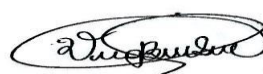
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93

Desejamos expressar nossos profundos agradecimentos aos participantes, envolvidos e entrelaçados na construção deste Plano.

Temos certeza de que todos – responsáveis por pequenas ou múltiplas ações e que acreditaram neste processo – são cidadãos que constroem uma cidade com orgulho e singularidade do bem maior – o ser.

A meritocracia passa a ser o valor do envolvimento de cada integrante deste documento.

A estes que ensinaram e aprenderam...



94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO05

I - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO.....07

II - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.....16

III - NÍVEIS DE ENSINO.....21

 EDUCAÇÃO INFANTIL21

 ENSINO FUNDAMENTAL24

 ENSINO MÉDIO25

 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....26

 EDUCAÇÃO ESPECIAL.....28

 EDUCAÇÃO INDÍGENA31

 EDUCAÇÃO SUPERIOR.....62

 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....64

 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....67

 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....68

IV - METAS E ESTRATÉGIAS70

 EDUCAÇÃO INFANTIL.....70

 ENSINO FUNDAMENTAL74

 ENSINO MÉDIO77

 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....78

 EDUCAÇÃO ESPECIAL.....79

 EDUCAÇÃO INDÍGENA81

 EDUCAÇÃO SUPERIOR86

 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....87

 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....90

 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....91

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO91

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....92

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....93



APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação apresenta o Plano Municipal de Educação – PME de Rondolândia/MT, com vigência de 2015 a 2025.

Sua trajetória se iniciou em 2006, com alguns encaminhamentos. Em 2014, foram retomados o planejamento, a organização e a elaboração do PME.

Nesse ano de 2015, desencadeou-se o debate acerca da política educacional a ser desenvolvida neste município por todos os segmentos organizados, constituídos pela sociedade civil, por instituições de ensino, sindicato, entre outros.

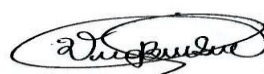
O PME se constitui através do processo democrático e participativo com a finalidade de trazer as diretrizes, metas e estratégias educacionais a serem executados no período de 10 (dez) anos, garantindo assim a qualidade de construção e implementação das mesmas.

O Plano Municipal de Educação-PME trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei

Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, foi instituída através do Decreto Municipal nº 1.063 de 25 de fevereiro de 2015, a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Inicialmente, foi constituída uma comissão organizadora, no intuito de efetivar a ação diagnóstica. Todas as instituições educacionais e afins receberam estes documentos e a partir do retorno foi realizado os estudos dos dados, conforme anexos, a qual serviu como base para a elaboração de objetivos e metas nas seguintes Comissões Temáticas.

- Educação Infantil;
- Educação Especial;
- Educação Indígena;

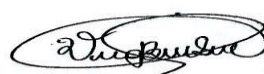


- 156 • Ensino Fundamental;
157 • Ensino Médio;
158 • Educação de Jovens e Adultos;
159 • Ensino Superior;
160 • Educação Tecnológica, formação profissional e Magistério da Educação
161 Básica;
162 • Financiamento e Gestão.

163 O Plano Municipal de Educação servirá como instrumento para organização
164 sistemática da Secretária Municipal de Educação, que pretende implantar uma nova forma de
165 gestão na Educação Básica, sendo que seu foco a partir de agora esta na gestão orientada por
166 resultado, com estabelecimento de indicadores para os programas que devem solucionar
167 problemas ou atender demandas da sociedade, metas físicas para os projetos/atividades que
168 devem entregar bens ou serviços a sociedade contribuindo para a solução dos problemas.

169 O PME será remetido ao **PODER LEGISLATIVO**, para apreciação e aprovação e
170 terá vigência de 10 anos.

171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187



188 I - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

189 Aspectos Históricos

190 O Município de Rondolândia foi emancipado em 28 de janeiro do ano 1998
191 desmembrado do município de Aripuanã. Ao norte limita-se com o município de Colniza a
192 leste com Aripuanã e Juína e ao sul e a oeste com o estado de Rondônia.

193 Rondolândia é distante da capital de Mato Grosso aproximadamente 1.133 km,
194 possui um potencial turístico ainda não explorado e um rico patrimônio étnico cultural.

195 O município possui um relevo diversificado com- cachoeiras espalhadas por todos os
196 lados, cortando as serras e matas. Há também diversas fazendas de grande porte na região
197 algumas delas fazendo do município um grande atrativo no que se refere à criação de gado e a
198 grande produção de leite, uma das importantes fonte de riqueza do município.

199 O Rio São Gabriel é alimentado por diversas nascentes que banha o perímetro
200 urbano, corta o município na sua extensão territorial e deságua no Rio Branco, se apresenta
201 como uma das melhores opções de lazer em toda sua margem, possuindo uma paisagem
202 belíssima. (FAUNA E FLORA)

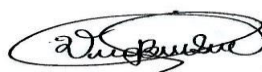
203 A história do surgimento de Rondolândia, assim como a maioria dos municípios do
204 Estado de Mato Grosso, se dá através da demarcação de terras. O acesso a mesma se dá pelas
205 linhas vicinais¹: linha 07, linha 03, linha 86 e linha 05. Rondolândia nasceu no Estado de
206 Mato Grosso entre as cidades de Cacoal e Ji-Paraná, cidades estas que pertencem ao Estado
207 de Rondônia.

208 A ocupação do Município de Rondolândia se deu através da entrada desordenada de
209 pessoas em terras devolutas e a passagem era de difícil acesso, pois era feita pela floresta.
210 Desse modo, as pessoas iam abrindo picadas² e acreditavam que valia a pena a tentar, mesmo
211 que fosse preciso enfrentar jagunços³ para ter o seu pedaço de terra. Durante a demarcação
212 ocorreram vários conflitos entre posseiros e fazendeiros. De acordo com informações verbais,
213 por volta de 1980, chegaram a região os primeiros colonizadores da área para consolidação do
214 Projeto de Assentamento Rápido Sete de Setembro, aos poucos foi se formando o povoado.

215
216
217 ¹ linhas vicinais: estrada de chão, vias de acesso

218 ² picadas: trilha na mata para passagem de um pedestre

219 ³ jagunços: pessoas que se armam e usam de má fé



220 Ao longo do tempo a prática agropecuária tornou-se muito importante n o Município,
221 os agricultores passaram a produzir alimentos como: arroz, feijão, milho e café para a
222 subsistência e os excedentes vendiam nas cidades vizinhas, que pertencem ao Estado de
223 Rondônia. (ECONOMIA).

224 A cultura do povo Rondolandiense é constituía de uma grande diversidade de etnias:
225 negros, índio, mulatos e brancos, espalhados por toda expansão territorial, povos que vieram
226 de diversas regiões do país em busca de uma vida melhor. (originados de outras regiões do
227 país, prevalecendo os estados do Espírito Santo e Paraná).

228

229 **Aspectos Geográficos: Vegetação e Hidrografia**

230 Apresenta em seus aspectos fisionômicos a predominância das florestas ambrólias
231 abertas e florestas semidecidual. Apresenta um potencial Hídrico energético de pequeno porte
232 em virtude de se tratar de rios sem cachoeiras que variam de 189.100 e 10 kva, drenado pelo
233 Rio São Gabriel, Rosa e Madeirinhas, os limites Rio Branco e, Roosevelt através do Rio
234 Madeira, são alimentadores da bacia Amazônica.

235

236 **Aspectos Econômicos**

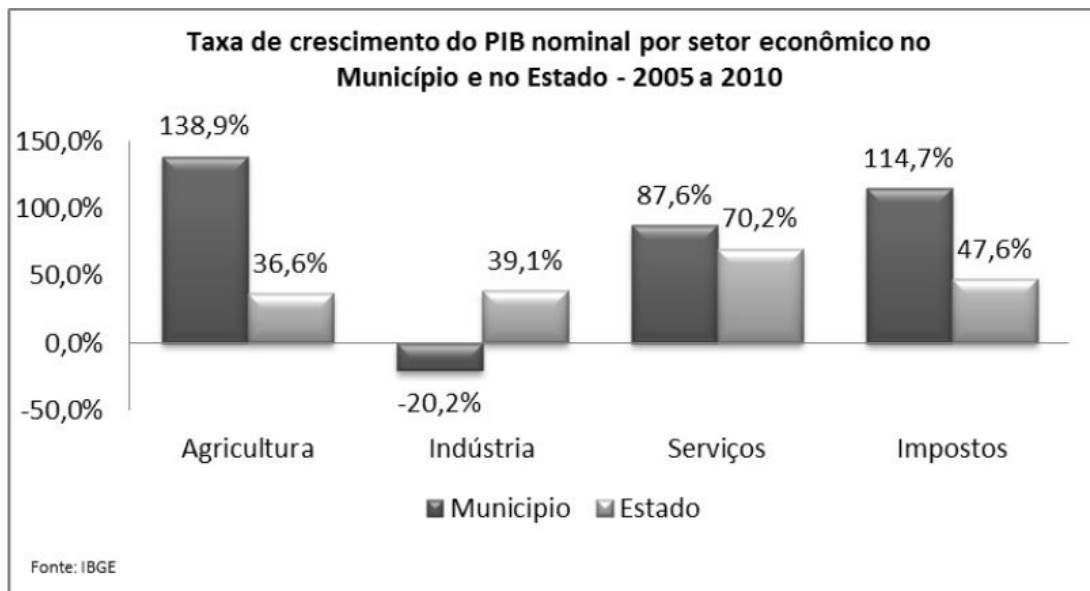
237 **Produção Econômica**

238 Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município
239 cresceu 97,0%, passando de R\$ 34,6 milhões para R\$ 68,2 milhões. O crescimento percentual
240 foi superior ao verificado no Estado, que foi de 52,9%. A participação do PIB do município
241 na composição do PIB estadual aumentou de 0,09% para 0,12% no período de 2005 a 2010.

242



243 A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de
 244 Agropecuário, o qual respondia por 62,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor
 245 secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 6,8% em 2010, contra 16,8% em
 246 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de
 247 16,8% em 2005 para 15,1% em 2010.



248
 249

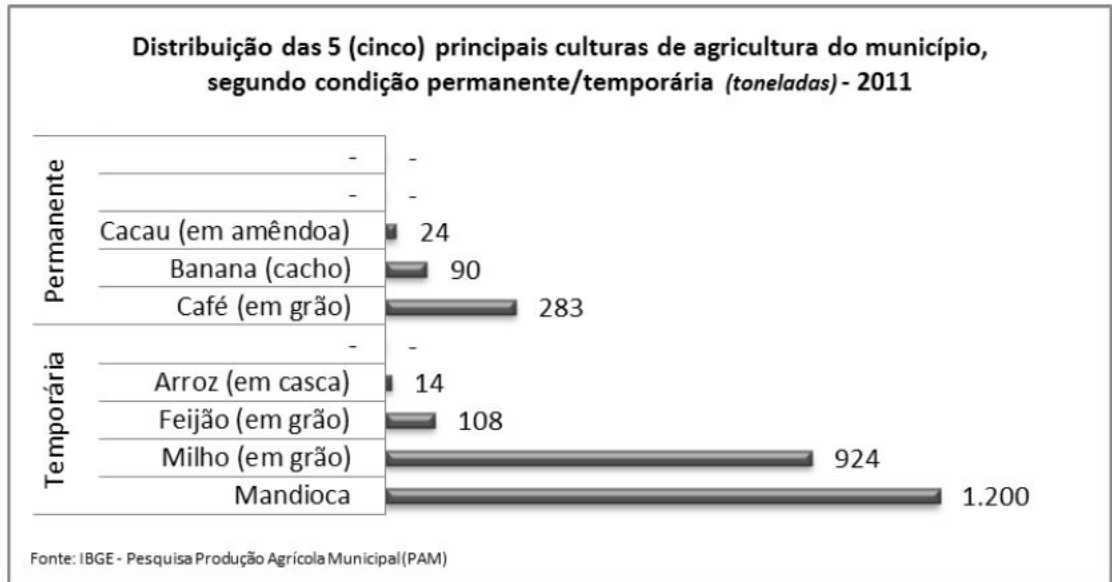
Produção Agropecuária

250 Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em
 251 consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de
 252 atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da
 253 Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais
 254 culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



[Assinaturas manuscritas]

255 Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da
 256 área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais
 257 culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas
 258 temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



259 Para maiores informações sobre os programas de apoio à produção agropecuária e
 260 aos assentados da reforma agrária, acesse a Pesquisa Agrícola Mensal:
 261 <http://www.ibge.gov.br/home/>
 262

263 **Agricultura Familiar**

264 O município possuía 289 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 76%
 265 dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 03% da área, ocupavam 60%
 266 da mão-de-obra do setor e participavam com 12% do valor da produção agropecuária
 267 municipal.
 268

269 Atualmente, temos 72 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de
 270 Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também
 271 ao seu Estado e ao Brasil:

**Quantidade de agricultores cadastrados com
DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)**

Município	72
Estado	61.057
Brasil	4.395.395

272
 273
 274
 275
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

276 Para maiores informações sobre os programas de apoio à agricultura familiar e aos
277 assentados da reforma agrária, acesse: www.mda.gov.br e www.incra.gov.br

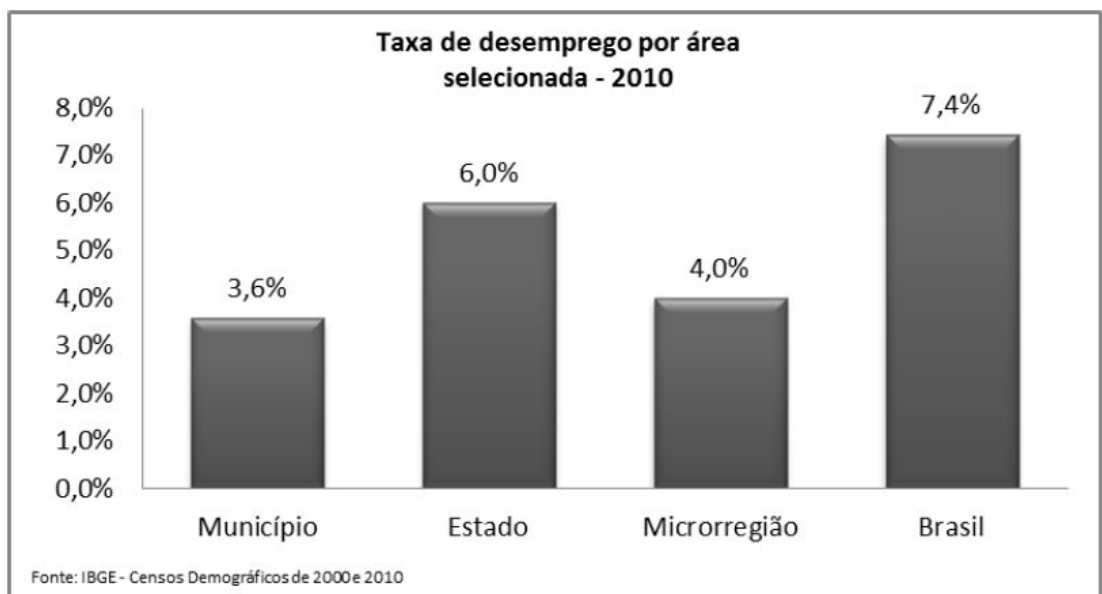
278 Para uma síntese de ações neste município, acesse:
279 http://sistemas.mda.gov.br/encontro_prefeitos/

280

281 Mercado de trabalho

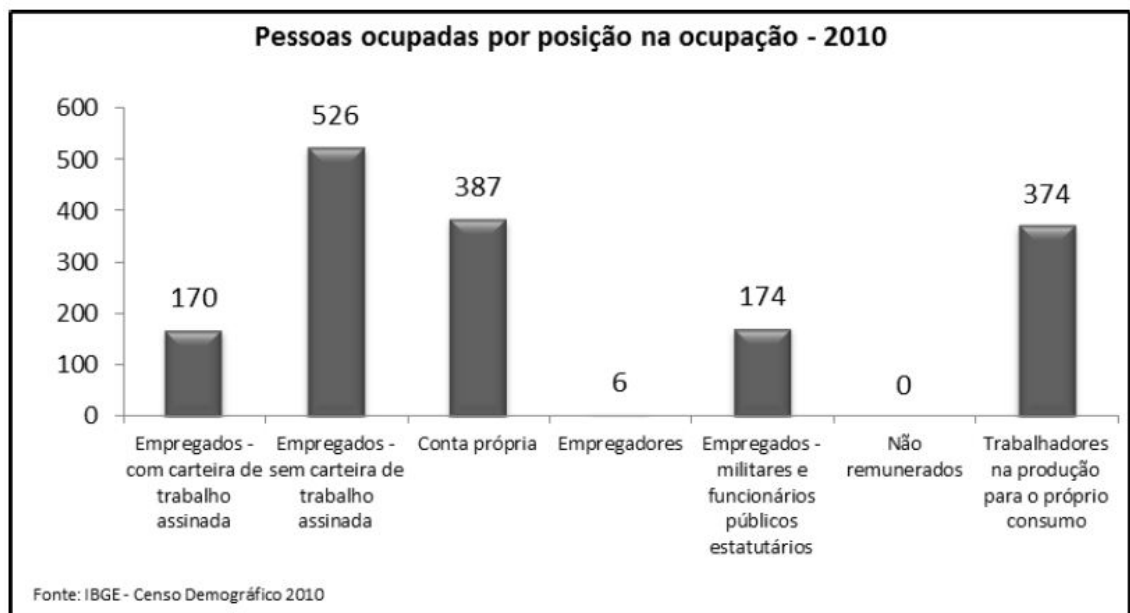
282 Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010,
283 possuía 1.699 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 1.637
284 estavam ocupadas e 62 desocupadas. A taxa de participação ficou em 60,8% e a taxa de
285 desocupação municipal foi de 3,6%.

286 No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira
287 comparativa:



288

289 A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 10,4%
290 tinham carteira assinada, 32,1% não tinham carteira assinada, 23,6% atuam por conta própria
291 e 0,4% de empregadores. Servidores públicos representavam 10,6% do total ocupado e
292 trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 22,8%
293 dos ocupados.

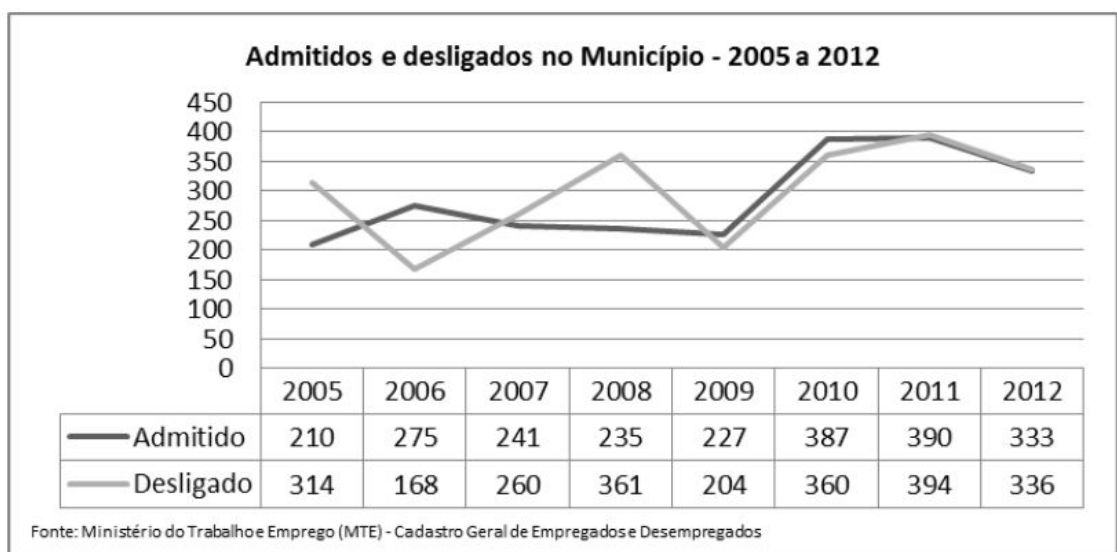


294

295 Das pessoas ocupadas, 23,0% não tinham rendimentos e 66,8% ganhavam até um
 296 salário mínimo por mês.

297 O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 756,35. Entre
 298 os homens, o rendimento era de R\$ 946,42 e entre as mulheres de R\$ 508,33, apontando uma
 299 diferença de 86,18% maior para os homens.

300 Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal
 301 do município apresentou, por apenas três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações
 302 entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas neste período foi de 99. No último ano, as
 303 admissões registraram 333 contratações, contra 336 demissões.



304

305 O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 407 postos, -10,9% a mais em
306 relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado,
307 que cresceu 38,9% no mesmo período.

308 Para saber mais acerca da temática mercado de trabalho do seu município, consulte o
309 aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:
310 <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

311

312 **Aspectos Culturais**

313 O município de Rondolândia dispõe de um Centro Paroquial Padre Ezequiel Ramim,
314 onde ocorrem diversos eventos culturais, como a Festa da Padroeira do Município (Nossa
315 Senhora Auxiliadora). Situado junto à Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora que é considerada
316 um dos pontos turísticos.

317 Além dessas atividades culturais, destacam-se outros eventos: Festa Junina,
318 Aniversário da Cidade, Cavalgada, Dia do Evangélico, Natal de Luz, Natal Solidário,
319 Campeonatos, Festas das Comunidades Cristãs, Mostra de Trabalhos Escolares, Semana da
320 Pátria, Olimpíadas Estudantis, Fórum da Educação, e outros.

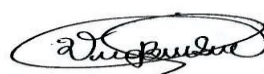
321 Dentre os espaços culturais, destaca-se, também, a Biblioteca Pública Municipal
322 Aurineide Alves Macedo de Souza, que atende às escolas públicas e à comunidade em geral.

323

324 **COMÉRCIO/SERVIÇO.**

325 O comércio e serviço local conta com:

- 326 ✓ Duas padarias;
- 327 ✓ Um restaurante;
- 328 ✓ Um posto de gasolina;
- 329 ✓ Seis bares/lanchonetes;
- 330 ✓ Dois hotéis;
- 331 ✓ Um escritório de contabilidade;
- 332 ✓ Um cartório notarial;
- 333 ✓ Uma agência dos Correios;
- 334 ✓ Três correspondentes bancários;
- 335 ✓ Dois mercados;
- 336 ✓ Uma farmácia;



- 337 ✓ Três lojas de roupas;
338 ✓ Duas lojas de matérias para construção;
339 ✓ Duas lojas de produtos agropecuários;
340 ✓ Uma papelaria;
341 ✓ Uma sorveteria;
342 ✓ Três oficinas de moto;
343 ✓ Uma metalúrgica;
344 ✓ Uma tornearia;
345 ✓ Doze serrarias;
346 ✓ Uma marcenaria;
347 ✓ Uma máquina de beneficiamento de café.

348

349 **INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

350 O Município de Rondolândia é bem deficitário de serviços bancários, possuindo
351 apenas correspondentes da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Bradesco,
352 realizando apenas algumas operações bancárias, o que obriga a população a recorrer a
353 municípios vizinhos como Cacoal, Ministro Andreazza e Ji-Paraná para realização de outras
354 operações bancárias.

355 Devido a distância e a ausência de rodovias que ligam o Município de Rondolândia
356 a outros municípios do Estado de Mato Grosso, o contato e outras transações são realizados
357 com maior frequência nos municípios limítrofes do Estado de Rondônia.

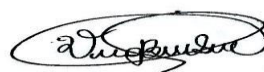
358 O Município possui uma Agência dos Correios inaugurada em 2014. Não havendo
359 ainda, imprensa escrita, rádio e canal de TV.

360 A sede do Município conta com, telefones públicos e residenciais, internet via
361 satélite na praça, nos principais órgãos públicos e em algumas residências.

362

363 **INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

- 364 ✓ Prefeitura Municipal de Rondolândia
365 ✓ Câmara Municipal de Rondolândia
366 ✓ Escola Estadual “Olavo Bilac”
367 ✓ Escola Municipal de Ensino Fundamental “Joana Alves de Oliveira”
368 ✓ Escola Municipal de 1º Grau “Cora Coralina”



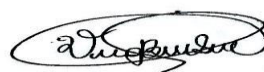
- 369 ✓ Escola Municipal de Educação Infantil “Cantinho do Céu”
- 370 ✓ Escola Estadual Indígena Sertanista Apoena Meirelles
- 371 ✓ Escola Municipal Indígena Sertanista Apoena Meirelles
- 372 ✓ Escola Estadual Zarup
- 373 ✓ Escola Municipal Indígena Guwa Puxurej
- 374 ✓ Escola Municipal Indígena Tamaly’Syn
- 375 ✓ Escola Municipal Indígena Zawyt Wanwa
- 376 ✓ Escola Municipal Indígena Zawa Kej Alakit
- 377 ✓ INDEA
- 378 ✓ EMPAER
- 379 ✓ Departamento de Água
- 380 ✓ Centro Municipal de Saúde
- 381 ✓ Agência da Caixa Econômica Federal
- 382 ✓ Posto Banco do Brasil
- 383 ✓ Correios
- 384 ✓ Delegacia de polícia militar
- 385 ✓ Delegacia de polícia civil
- 386 ✓ Energia (Rondolândia é beneficiada com energia fornecida pelo grupo
- 387 energisa)

388 O abastecimento de Água é feita através de poço artesiano, e administrada pelo
389 Departamento Municipal de Água. A rede passa pelas principais vias da cidade, porém é
390 insuficiente para atender toda população de Rondolândia, sendo diagnosticado como um dos
391 principais problemas que o Município enfrenta. O poder público Municipal vem viabilizando
392 recursos para suprir a demanda.

393 Quanto ao Saneamento Básico no Município de Rondolândia ainda não existe rede
394 de esgoto, a captação de águas servidas e dejetos e feitos por fossas, existentes nas
395 residências.

396 A coleta de lixo é de responsabilidade da Prefeitura Municipal e atende a 100% das
397 residências de Rondolândia, sendo utilizado caminhão caçamba para coleta.

398 Na Segurança Pública contamos com um destacamento da Polícia Militar e outro da
399 Polícia Civil.



400 No Município de Rondolândia existem associações, conselhos e sindicatos os
401 principais conselhos são: CMDCA, CMAS, CMS, CMA, COSELHO FUNDEF, CAE, que se
402 reúnem periodicamente para discussão acerca dos principais problemas da população, do qual
403 participa também os sindicatos e associações, pastorais e outras.

404 Também temos algumas organizações sociais e religiosas que são:

- 405 ✓ Igreja Católica Apostólica Romana;
- 406 ✓ Igreja Assembléia de Deus “Missão”
- 407 ✓ Igreja Assembléia de Deus “Madureira”
- 408 ✓ Igreja Adventista do 7º dia;
- 409 ✓ Congregação Cristã no Brasil;
- 410 ✓ 1º Igreja Batista;
- 411 ✓ Igreja Presbiteriana do Brasil;
- 412 ✓ Igreja Batista Renovada;

413

414 **II- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

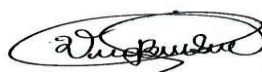
415 A Constituição Federal, ao estabelecer no seu artigo 18 que “A organização político-
416 administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito
417 Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição,” considera o
418 Município como ente jurídico da Federação e não apenas como Unidade Administrativa.

419 Antes da Constituição de 1988, a legislação previa a existência do Sistema Federal e
420 dos Sistemas Estaduais de Ensino, sendo que as redes de escolas públicas municipais e
421 particulares, do então ensino de 1º e 2º graus, vinculavam-se aos Sistemas Estaduais.

422 A organização do Sistema Municipal de Ensino é parte das políticas, das ações
423 descentralizadoras, no processo de construção da democracia, alicerçado nos princípios da
424 gestão democrática.

425 É a descentralização com poder decisório, para que se planeje com autonomia a
426 partir da realidade local. É utilizar a possibilidade que a lei oferece para adequá-la à realidade
427 político-pedagógica do município, podendo contemplar nas suas normas os avanços e a
428 caminhada que este percorreu com a sua comunidade escolar e educacional.

429 O Sistema Municipal de Ensino significa maior autonomia para o órgão
430 normatizador o Conselho Municipal de Educação, possibilitando a criação de normas próprias
431 de acordo com as construções sociais e culturais do município.



432 Significa também maior grau de autonomia para o órgão administrador e executivo
433 do sistema– a Secretaria Municipal de Educação, que irá executar e aplicar essas normas.

434 Em Rondolândia, ainda não temos um o Sistema Municipal de Ensino organizado,
435 portanto é de suma importância que se faça a constituição do mesmo, pois sabemos que o
436 Conselho Municipal de Educação exerce as seguintes funções: consultiva, quando o mesmo
437 trata de responder consultas sobre questões a ele encaminhadas; propositiva: toma a iniciativa
438 e emite a opinião ou oferece sugestões; mobilizadora: estimula a participação da sociedade
439 civil; deliberativa: desempenhada em matérias sobre as quais tem poder de decisão;
440 acompanhamento e controle social: refere ao acompanhamento da execução das políticas
441 públicas do município.

442 Com a criação do Sistema Municipal de Ensino (SEMEC), o Conselho passará a
443 agregar a função normativa, que compete na elaboração de normas complementares para a
444 SEMEC, e a fiscalizadora, referindo-se à verificação do cumprimento da legislação.

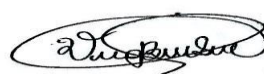
445 O CME com uma estruturação adequada com duas Câmaras, uma de Educação
446 Básica e uma do FUNDEB, também poderá ter a responsabilidade de realizar o controle e
447 acompanhamento do FUNDEB.

448 É importante registrar que, ao integrar o Conselho do FUNDEB ao Conselho
449 Municipal de Educação, evita-se a pulverização dos conselhos da área da educação,
450 fortalecendo a atuação do CME como estrutura de gestão, além de ampliar as competências
451 do colegiado.

452 O Conselho Municipal de Educação é o principal alicerce para o Sistema Municipal
453 de Ensino, como órgão de articulação e integração das políticas de educação e ação social,
454 como órgão de deliberação coletiva, composta pela representação dos diferentes segmentos
455 sociais, envolvidos com o processo educacional. O CME é o responsável pela intermediação
456 entre o Poder Público e a sociedade civil.

457 Secretaria Municipal de Educação, por meio da socialização das formações
458 continuadas e da multiplicidade de ações que norteiam o trabalho da rede, tem como
459 concepção de educação um processo amplo, progressista, libertador, direcionado para atingir
460 todas as dimensões da pessoa, considerando o tempo e o espaço em que ela está inserida e
461 tendo como instrumentos legitimadores os princípios constitucionais e a legislação vigente.

462 Acreditamos que a valorização do educando, que a sua socialização com o outro e
463 com o saber científico devam possibilitar a construção de um currículo flexível, múltiplo,



464 processual, emancipatório e articulado com as diversas áreas do conhecimento. Por ser a
465 escola uma instituição social que exerce intervenção na realidade, ela deve estar conectada
466 com as questões mais amplas da sociedade e com os movimentos de defesa da inclusão social
467 e do respeito às diversidades, contribuindo assim para que a sociedade seja ambientalmente
468 sustentável e socialmente justa.

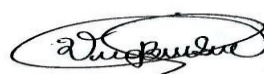
469 Embora o Município de Rondolândia pertença ao Estado de Mato Grosso, até o ano
470 de 1994 a educação de 1ª a 4ª série foi atendida pelo estado de Rondônia.

471 Visando regularizar a situação educacional no Município, no início da década de 90
472 alguns moradores, procuraram ajuda na então sede do Município de Aripuanã, sendo
473 prontamente atendida pela então secretária de Educação Senhora Gladis Lismier Fabris, e pelo
474 prefeito Alceu Antonio Veronese de Assis. Iniciou-se com quatro turmas de 5ª series, como
475 salas anexas da Esc. Estadual S. Francisco, no ano de 1992, com os professores: Armindo
476 Moreira Magalhães, José Agostinho Baldo, José Cláudio Bayer. Luziani de Souza, Maria da
477 Penha Baldo Sotelle e Valdecir Dalfior.

478 No ano de 1994, todo o distrito de Rondolândia passou a ser atendido pela Educação
479 Matogrossense, através da Escola Municipal Olavo Bilac, criada pelo Decreto nº 229/92,
480 funcionando o Ensino Fundamental de I a IV e de V a VIII e mais quinze escolas
481 multiseriadas na zona rural, que contou com o apoio dos professores que trabalharam em
482 1993, e com a contratação dos professores Aurineide Alves Macedo Souza, Suely dos Santos
483 Cardoso Malta, Láudio Eller, Ivete Maria de Jesus, Rosangela Maria de Jesus, Conceição
484 Aparecida da Rocha, que lecionaram no ano de 1993 e 1994.

485 No final de 1994 aconteceu o primeiro concurso público para contratação específica
486 de professores do ensino fundamental de I a VIII, com o resultado do curso passam a fazer
487 parte do quadro funcional do distrito de Rondolândia os seguintes professores: Laudio Eller,
488 Vanderleia Alves Serafin, Ivete Maria de Jesus, Márcio Greyke de Araújo da Silva, Edna
489 Maria Rodrigues de Lima, Aurineide Alves Macedo Souza, Suely do Santos Cardoso Malta,
490 Janaína Alessandra de Oliveira Barroso, Armindo Moreira Magalhães, Conceição Aparecida
491 Rocha.

492 O município de Aripuanã ofertou cursos de graduação através da UNEMAT E
493 UFMT/NEAD. No ano de 2000 a Escola Municipal Olavo Bilac passou a ser Escola Estadual
494 Olavo Bilac e teve a primeira eleição para prefeito. Sendo assim, em 2001 Aripuanã transferiu
495 a responsabilidade da educação para Rondolândia e os professores que estavam cursando o



496 nível superior não sofreram nenhum prejuízo, foi necessário realizar algumas mudanças na
497 Educação como criação e polarização de escolas.

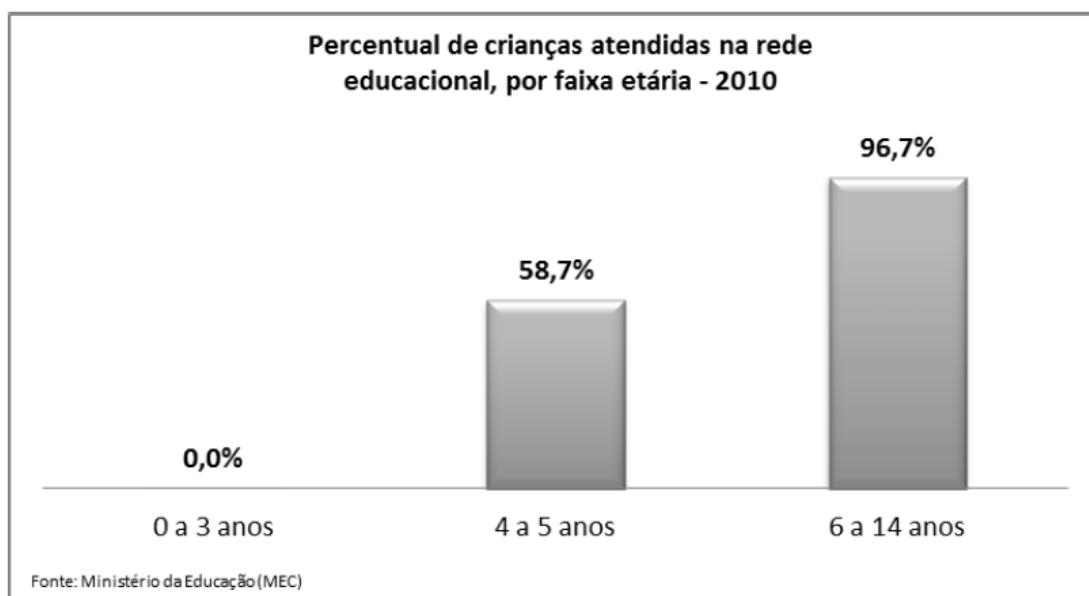
498 Em 2004 foi realizado o primeiro concurso público e efetivado vários professores na
499 época com magistério ou cursando nível superior Letras, Matemática e Pedagogia através do
500 NEAD E UFMT.

501 A secretária de Educação deu continuidade aos Convênios firmados para formação
502 de professores e em 2002 e 2003 efetuou novos convênios para nível superior através da
503 UNEMAT curso de Letras Língua Portuguesa e Espanhol e em 2003 conseguiu mais uma
504 turma de Pedagogia pela UFMT/NEAD, e em 2005 efetuou um novo convênio com a
505 UFMT/NEAD para Formação de Professores na área de Educação Infantil.

506 No ano de 2010, 2011 e 2012, o CETEC, ofertou cursos de pós-graduação no
507 município nos finais de semana. Atualmente, cerca de 80% dos professores que atuam nas
508 escolas da área urbana e do campo são pós-graduados, com exceção da área indígena.

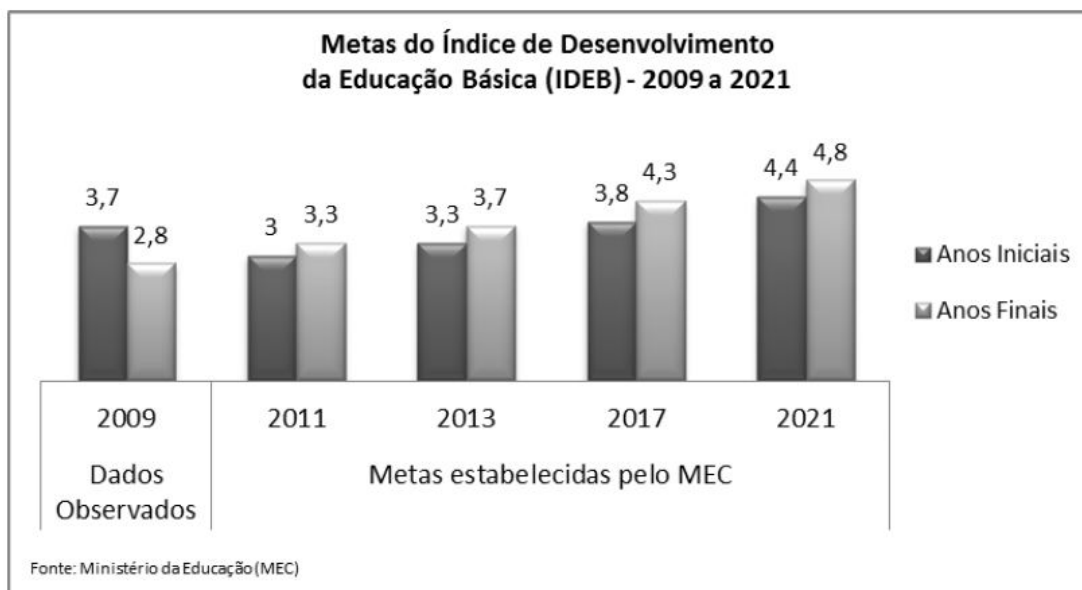
509 Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a
510 taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 14,1%. Na área urbana, a taxa
511 era de 6,6% e na zona rural era de 16,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de
512 analfabetismo era de 5,5%.

513 No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados
514 do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico
515 abaixo:



516

517 Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação
518 Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



519

520 Para saber mais acerca da temática educação do seu município, consulte o website do
521 Ministério da Educação: <http://www.mec.gov.br/>

522 Atualmente, funcionam 11 escolas no município e o número de alunos atendidos por
523 escolas varia de 29 a 450 alunos. Temos uma escola de educação infantil (creche 3 anos e Pré
524 Escola) e uma estadual (Ensino Fundamental e Ensino Médio) na área urbana, duas escolas
525 municipais do campo (pré escola e Ensino fundamental) e cinco escolas municipais indígenas
526 (Pré Escola e Ensino Fundamental) e duas escolas estaduais indígena (Ensino Fundamental e
527 Ensino Médio). As escolas do campo e indígena funcionam de modo multifaseada.

528 Nas escolas da área urbana e do campo cerca de 90% dos professores são pós-
529 graduados e nas escolas da área indígena algumas destas escolas possuem professores com
530 formação, outras professores em formação em nível superior ou magistério intercultural.

531 As escolas recebem recursos do FNDE, e participam da maioria dos programas que
532 são ofertados pelo MEC, como Atleta na Escola, SISPACTO, Programa Mais Educação. Não
533 temos gestão democrática os diretores escolares, coordenadores pedagógicos e demais cargos
534 da Secretaria Municipal de Educação são indicados pelo poder executivo.

535 Objetivos do Plano Municipal de Educação:

536 Em síntese, os Planos: Nacional, Estadual e o Municipal, tem como objetivos:

- 537 ✓ Erradicação do analfabetismo;
- 538 ✓ Universalização do atendimento escolar;

- 539 ✓ Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da
540 cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- 541 ✓ Melhoria da qualidade da educação;
- 542 ✓ Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores
543 morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- 544 ✓ Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- 545 ✓ Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- 546 ✓ Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em
547 educação como proporção do Produto Interno Bruto–PIB, que assegure atendimento
548 às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- 549 ✓ Valorização dos (as) profissionais da educação;
- 550 ✓ Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à
551 diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

552

553 **III – NÍVEIS DE ENSINO**

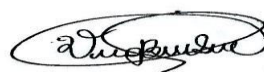
554 **EDUCAÇÃO INFANTIL**

555 **DIAGNÓSTICO:**

556 De acordo com o art. 29, da LDB 9394/96, a Educação Infantil é a primeira etapa da
557 Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos
558 de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da
559 família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

560 Com a última alteração da LDB (Lei Nº 12.796/2011) a etapa da Educação Infantil se
561 torna obrigatória para crianças de 04 e 05 anos e os municípios brasileiros possuem o desafio
562 de universalizar até o ano de 2016 o atendimento às crianças de quatro e cinco anos como
563 parte da educação básica.

564 De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,
565 organizado pelo MEC, as creches e pré-escolas devem educar, cuidar e proporcionar
566 brincadeiras, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade, da linguagem e para a
567 inclusão social da criança. Atividades como brincar, contar histórias, oficinas de desenho,
568 pintura e música, além de cuidados com o corpo, são recomendadas pelo referencial curricular
569 para crianças matriculadas no ensino infantil.



570 Investir no estímulo ao desenvolvimento da criança e ajudá-la a concretizar todo o
571 seu potencial é benéfico não só a ela própria e a sua família, mas também à comunidade e à
572 sociedade como um todo.

573 As crianças bem acompanhadas e desenvolvidas tornam-se adultos bem sucedidos e
574 produtivos, que terão a capacidade de contribuir para a economia do país e produzir uma
575 cadeia de efeitos com contribuições positivas ao se tornarem pais e avós das futuras gerações.

576 Ao poder público cabe garantir a qualidade de formação dessas crianças, cabe a ele
577 ordenar e organizar essa oferta, proporcionando as crianças uma educação de qualidade, em
578 que o fazer pedagógico perpassa as barreiras e vai além do aprendizado vivenciado na escola.

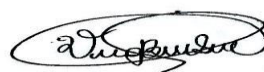
579 Portanto, torna-se imprescindível a compreensão da criança como ser completo, total
580 e indivisível, que se constitui como sujeito social e singular concomitantemente, em diferentes
581 contextos, sejam eles orientados por fatores relacionados a gênero, etnia, opção religiosa,
582 faixa-etária, condições socioeconômicas, seja por aspectos desenvolvimentais envolvendo os
583 de ordem física, psicolingüística, socioemocional ou psicomotora.

584 A Educação Infantil começou a ser oferecida desde 2001 nas escolas de Ensino
585 Fundamental na modalidade Pré Escola para as crianças de quatro e cinco anos, na área
586 urbana, rural e indígena e esse atendimento da pré-escola permanece nas escolas de ensino
587 fundamental do campo e indígena.

588 No ano de 2006, surgiu através de uma proposta vinda do PROSSOL (Fundação de
589 Promoção Social), a Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho do Céu na área urbana,
590 oferecendo o ensino de Creche e Pré-Escola (matutino e vespertino) para crianças na faixa
591 etária entre três a cinco anos, em 2007 cria-se a Escola Municipal de Educação Infantil
592 Cantinho do Céu pelo decreto nº170/GAB/PMR de 01 de Junho de 2007.

593 Atualmente as conquistas na legislação ainda trazem desafios, a Secretaria de
594 Educação vem buscando se organizar, tanto na questão orçamentária para ampliar o
595 atendimento, como nas questões estruturais com aquisição de materiais e equipamentos.

596 Atualmente não contamos com um prédio que atenda as necessidades do
597 funcionamento da creche de 0 a 03 anos e pré-escola de 4 a 05 anos, em relação ao
598 funcionamento da creche é ofertado apenas para 03 anos. Um dos problemas emergentes que
599 o município enfrenta atualmente é a falta de estrutura física para o funcionamento adequado
600 da educação infantil o mesmo dá se por falta da estrutura física que o município enfrenta, bem



601 como, questões financeiras o que têm impossibilitado de construir um local adequado para o
602 funcionamento

603 No ano de 2015 a escola atende um contingente de 86 crianças da zona rural e urbana
604 e a maioria das famílias são de pequenos agricultores e servidores públicos, considerando que
605 a renda dessas famílias varia entre um a dois salários mínimos e parte destas são beneficiadas
606 com ajuda do governo federal e assistência social, como bolsa família.

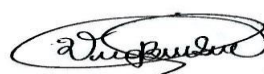
607 As docentes que atuam na Escola municipal de Educação Infantil e nas escolas do
608 campo todas são formadas em Licenciatura em Pedagogia para a Educação Infantil ou
609 Licenciatura em Pedagogia, o problema agravante é na área indígena em que a maioria dos
610 professores têm apenas Ensino Fundamental ou Médio.

611 Portanto, o quadro de docentes da Educação Infantil conta com 50% dos
612 profissionais habilitados para atuar nessa etapa de ensino o que revela que houve uma
613 progressiva melhoria da qualificação docente, considerando que em 2001 quando o município
614 começou a ofertar essa modalidade não tínhamos nenhum professor habilitado na área.

615 Considerando, que nos primeiros anos de vida, dada a maleabilidade da criança às
616 interferências do meio social, especialmente da qualidade das experiências educativas, é
617 fundamental que os profissionais sejam altamente qualificados. Nível de formação acadêmica,
618 no entanto, não significa necessariamente habilidade para educar crianças pequenas. Daí
619 porque os cursos de formação de Pedagogia para a educação infantil devem ter uma atenção
620 especial à formação humana, à questão de valores e as habilidades específicas, para tratar com
621 seres tão abertos ao mundo e tão ávidos de explorar e conhecer como são as crianças.

622 Outra questão importante a analisar e com relação ao número de alunos por
623 professor. De acordo com a resolução nº 276/2000 – CEE/MT, Lei nº 9394/96 – LDB e a Lei
624 Complementar nº 49/98 art. 8º § 3º fica estabelecido que o atendimento às crianças de 0 a 1
625 ano é de 6 a 8 alunos por professor e um auxiliar; 1 a 2 anos é de 8 a 10 alunos por professor e
626 um auxiliar; 2 a 3anos é de 12 a 15 alunos por professor e um auxiliar; 3 a 6 anos é de 20 a 25
627 alunos por professor e um auxiliar. Essa é uma questão que urge ser discutida e regularizada,
628 uma vez que, nessa faixa etária, as crianças necessitam de atendimento quase que
629 individualizado.

630 Por fim, há que se registrar que as crianças que freqüentam as instituições, públicas
631 que oferecem educação infantil nesse município, na sua maioria, são beneficiadas por
632 incentivo do governo federal.



633
634

**SÉRIE HISTÓRICA DE MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
MUNICÍPIO 2011 a 2015**

	2011	2012	2013	2014	2015
3 anos	17	21	31	24	25
4 anos	51	45	49	50	45
5 anos	51	62	50	60	48
TOTAL	119	128	130	134	118

635
636
637
638
639
640
641

No horizonte de dez anos, este plano municipal de educação infantil assegurará: a organização, manutenção e desenvolvimento na Educação Infantil conforme estabelece a constituição federal, o estatuto da criança e do adolescente, a lei de Diretrizes da educação, utilizando como parâmetro o Plano Nacional de Educação considerando as características e as particularidades do município.

642
643

ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO:

644
645
646
647

O Ensino Fundamental no Município de Rondolândia teve início em 1992, como salas anexas da Escola Estadual São Francisco de Assis do então Município sede - Aripuanã, com salas de quinta série, sendo criada em 1993 a Escola Municipal Olavo Bilac através do Decreto nº 229/92, com funcionamento do Ensino Fundamental de I a IV e V a VIII.

648
649
650
651
652

Hoje o Município atende o Ensino Fundamental em duas escolas na zona rural (1º ao 9º ano), quatro escolas indígenas do povo Zoró (1º ao 4º ano) e uma escola indígena do povo Suruí (1º ao 5º ano), uma na zona urbana que pertence à rede estadual (1º ao 9º ano), e duas escolas estaduais indígenas uma do povo Suruí (6º ao 9º ano) e uma do povo Zoró (5º ao 9º ano).

653
654
655
656
657

O PME deve priorizar o atendimento do Ensino Fundamental como estabelece a Constituição Federal, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e supletivo, e seu não oferecimento pelo poder público e supletivo, e seu não oferecimento pelo poder público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 208§ 11, da Constituição Federal, este atendimento, entretanto não deve estar

658 exclusivamente sob responsabilidade financeira do Município, pois os recursos financeiros
659 são insuficientes para a manutenção desta etapa do ensino básico.

660 Na Constituição Federal de 1988, no Artigo 211 diz: A União, os Estados, o Distrito
661 Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. E,
662 no Artigo 208 estabelece que o Ensino fundamental constitui etapa obrigatória, sendo o
663 acesso a este nível de escolarização direito público. O dever do Estado com a educação será
664 efetivado mediante a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada. Para
665 tanto devemos, no PME do Município de Rondolândia estabelecer propostas junto ao estado e
666 à união em regime de colaboração, e em consonância com esta determinação, ampliou o
667 atendimento neste nível de ensino atingindo atualmente a totalidade da demanda deste nível,
668 que constitui elemento fundamental para a delimitação de metas e estratégias para o decênio
669 2015-2025.

670

671 **ENSINO MÉDIO**

672

672 **DIAGNÓSTICO:**

673

673 O nosso grande desafio é a construção de uma escola comprometida com a formação
674 de cidadãos capazes de interagir no meio social, permitindo que ele construa o seu próprio
675 conhecimento e seja o sujeito de sua história.

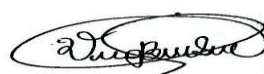
676 O Ensino Médio, no início deste século, deverá promover mediações significativas
677 entre os jovens e o conhecimento científico, articulando saberes, experiências e atitudes. Essa
678 mudança é fundamental para a sobrevivência da educação em um mundo imerso em profunda
679 crise econômica, política e social, onde a falta de perspectiva de vida digna individual e
680 coletiva tem levado os jovens ao individualismo, a insensibilidade e a violência.

681 O papel da escola e do professor é proporcionar ao aluno condições para que ele
682 possa se desenvolver plenamente, tanto individual como socialmente

683 A oferta do Ensino Médio no município aconteceu no ano de 1994, com um projeto
684 do governo de estado que se chamava PAEM, em 1998 a escola Estadual Olavo Bilac passou
685 a ofertar.

686 Atualmente temos no município três escolas que atende ao Ensino Médio. Uma está
687 localizada na área urbana, mas funciona sala anexa em uma escola da rede municipal e duas
688 delas são indígenas, sendo uma de ensino regular e a outra pedagogia de alternância.

689



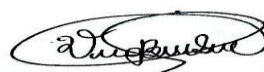
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DIAGNÓSTICO:

Sendo Rondolândia um município prioritariamente agropecuário, as pessoas tendem a abandonar a escola precocemente, em busca de trabalho, visto que a Escola não tem se adequado à realidade desses alunos, de modo que eles possam trabalhar e concluir escolaridade. Rondolândia ainda possui dificuldades em relação aos índices positivos de acesso à escola, tornando-se bem parecidos com os parâmetros nacionais, ou seja, ainda há muita evasão e exclusão, as quais são representadas pelo grande número de analfabetos e semianalfabetos aqui existentes.

Os programas desenvolvidos nas décadas de 70/80 que ofereciam oportunidades de escolarização às pessoas que não puderam frequentar a escola na faixa etária prevista pela legislação, objetivavam essencialmente a alfabetização de um contingente da população potencialmente produtiva, elevando seu nível de qualificação. Mesmo nas décadas posteriores, as políticas públicas de educação de jovens e adultos eram concebidas como instrumentos para acelerar o aumento da produtividade. Exemplos destas práticas são os conhecidos Mobral e Educar, além de outras iniciativas vinculadas ao poder público estadual.

A Revolução Científica e Tecnológica (RCT), que norteiam os avanços econômicos, políticos e sociais do atual estágio da modernidade, vem deslocando progressivamente a ciência, antes voltada à contemplação explicação dos diferentes fenômenos da natureza, hoje, centrada no aprimoramento da produção e nas exigências do mercado globalizado. Compreender, criticar, acompanhar, avaliar e dar respostas às exigências da RCT é uma das tarefas da educação, enquanto componente de formação das pessoas e dos sujeitos para a vida e trabalho em sociedade. Então, as profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico, como assinala o PNE, têm implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho. Para atender a essa clientela, numerosa e heterogênea no que se refere a interesses e competências adquiridos na prática sociais, há que se diversificar os programas. Neste sentido, é fundamental a participação solidária de toda a comunidade, com o envolvimento das organizações da sociedade civil diretamente envolvidas na temática. É de suma importância, ainda, a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente.



722 A integração dos programas da EJA com a educação profissional aumenta sua
723 eficácia, tornados mais atrativos. Pois, é importante observar que há milhões de trabalhadores
724 inseridos no amplo mercado informal, ou à procura de emprego, ou ainda, sobretudo as
725 mulheres, envolvidas com tarefa domésticas. Devemos, enfim, considerar que o resgate da
726 dívida educacional não se restringe à oferta de formação equivalente às quatro séries iniciais
727 do ensino fundamental. Oferta do ciclo completo de oito séries àqueles que lograram
728 completar as séries iniciais é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição
729 Federal e deve ser ampliada gradativamente. Da mesma forma, deve ser direito garantido, aos
730 que completarem o ensino fundamental, o acesso ao ensino médio.

731 Conforme critério utilizado pela ONU, considera-se, para o cálculo dos percentuais
732 de alfabetização de adultos, os dados identificados entre pessoas de 15 anos ou mais de idade.
733 Assim sendo, é possível identificar que Rondolândia apresenta uma grande taxa de
734 analfabetos e analfabetos funcionais, concentrando-se estes entre as pessoas mais idosas.
735 Conforme pesquisa feita pela Secretaria de Educação, observa-se que há uma ligeira
736 resistência por parte deste grupo em frequentar a escola. Além daqueles que possuem outras
737 dificuldades que o sistema educacional precisa encontrar soluções.

738 Um dos objetivos do Plano Nacional de Educação determinado pela Constituição
739 Federal é a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do
740 analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos
741 humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade, o que não é diferente no
742 Município de Rondolândia. É fundamental que o Sistema Municipal de Ensino além de
743 oferecer cursos e programas, construa uma forma de certificação de competências que ao
744 mesmo tempo reconheça o grau de escolaridade real de cada jovem e adulto do Município de
745 Rondolândia, cultivando sua autoestima, e o oriente para a etapa e modalidade adequada de
746 volta aos estudos.

747

Levantamento de demanda de EJA 2015						
Faixa etária	Já frequentou escola?		Aprendeu a ler e escrever?		Tem Interesse em estudar?	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
15 a 30 anos			8		7	1

31 a 40 anos	3		9	6	11	4
41 a 50 anos	9		17	6	18	5
51 a 60 anos	9		19	14	22	11
Acima de 61 anos	5	6	22	39	24	37
Total de entrevistados						140

748 **Fonte: Secretaria Municipal de Educação**

749 Analisando o quadro acima, nota-se que é grande o desafio no Município de
750 Rondolândia com relação à Educação de Jovens e Adultos. É necessário uma tomada de
751 decisão imediata, precisa-se adotar uma política de atendimento a esses munícipes, pois esta é
752 uma dívida social que deve ser paga o mais rápido possível. Além do analfabetismo, o poder
753 público terá que criar mecanismos que venham atender uma grande parcela da população que
754 não concluiu o ensino Fundamental e o Ensino médio que se encontram fora da escola em
755 nosso município.

756

757 **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

758 **DIAGNÓSTICO:**

759 A Constituição Federal no seu Art. 208, III estabelece o direito à educação na rede
760 pública para as pessoas com necessidades especiais.

761 Atualmente convivemos com a integração total dessas pessoas em todas as áreas da
762 sociedade.

763 Uma das preocupações presentes no Município de Rondolândia é o material didático
764 pedagógico adequado, conforme as necessidades específicas dos alunos, para atendê-los
765 adequadamente.

766 Apesar de que no Município de Rondolândia a maioria dos alunos com necessidades
767 educacionais especiais serem atendidos. É necessário sensibilizar e conscientizar a
768 comunidade e outros alunos para importância da integração escolar. Portanto a escola deve
769 adaptar o currículo e trabalhar na qualificação dos professores como também na preparação

770 do corpo técnico e administrativo das escolas para o atendimento nas escolas especiais
771 tornando-o mais eficiente.

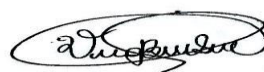
772 As pessoas com deficiências físicas, sensoriais, mentais ou múltiplas, de
773 características como altas competências, superdotados, têm em favor delas a Educação
774 Especial para facilitar a sua integração e sua aprendizagem. Apesar de ser uma diretriz
775 constitucional (art. 208, III) há quase uma década, a integração das pessoas com necessidades
776 educacionais especiais ainda não produziu mudança satisfatória na realidade escolar que é
777 direito de todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais a serem
778 atendidos em escolas regulares, quando foi recomendado pela avaliação de suas condições
779 pessoais.

780 O ambiente escolar como um todo deve ser adaptado para uma perfeita integração.
781 Uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, onde a participação da
782 comunidade é fator essencial, é uma grande proposta. A educação especial, como modalidade
783 de educação escolar, terá que ser promovido sistematicamente nos diferentes níveis de ensino.
784 A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma
785 medida importante.

786 As questões do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças, jovens e Adultos
787 com necessidades educativas especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de
788 educação, saúde e assistência social é fundamental e potencializa a ação de cada um deles.
789 Com essa articulação, se evita a duplicação de recursos, desde a fase de diagnóstico de
790 déficits sensoriais até as terapias específicas.

791 Uma das prioridades do PME é a formação de recursos humanos com capacidade de
792 oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré escolas, centros de educação
793 infantil, escolas regulares do ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições
794 especializadas e outras instituições.

795 As classes especiais situadas em escolas regulares, destinados aos alunos
796 parcialmente integrados, precisam contar com professores especializados e materiais
797 pedagógico adequados. A autoridade educacional deve esforçar-se ao máximo na valorização
798 da permanência dos alunos nas classes regulares, eliminando a prática nociva de
799 encaminhamento para classes especiais aqueles que apresentam dificuldades comuns de
800 aprendizagem, problemas de dispersão da atenção ou de disciplina, com esses deve ser dado
801 apoio pedagógico nas suas próprias salas e não separá-los como se precisassem de



802 atendimento especial.

803 Todo aluno que apresenta necessidades educativas especiais tem direito de frequentar
804 uma sala de aula regular, independente do seu grau de deficiência e, além disso, receber um
805 tratamento de profissionais especializados em horário extra classe. Lembrando ainda, que
806 estes discentes, precisam ser socializadas e não necessariamente alfabetizadas.

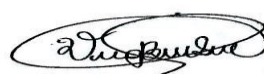
807 As metas do Plano Municipal de Educação só serão alcançadas se houver realmente
808 um regime de colaboração e compromisso com a construção de uma escola que trabalhe com
809 a aceitação e aceleração das diferenças individuais; valorização de cada pessoa – direito de
810 pertencer; convivência dentro da diversidade humana representada por origem nacional,
811 crença religiosa, gênero, idade, raça e deficiência; aprendizagem através da cooperação –
812 solidariedade humanitária; cidadania com qualidade de vida. A inclusão é uma força cultural
813 para a renovação da escola, mas, para a inclusão ter sucesso, as escolas devem tornar-se
814 comunidades conscientes.

815 No município temos duas escolas que têm sala de Atendimento Educacional
816 Especializado, sendo uma estadual e outra municipal, na escola municipal temos um professor
817 psicopedagogo que realiza esse trabalho e contamos também com um profissional de
818 LIBRAS, pois temos essa demanda em duas escolas municipais sendo umas delas indígena.

819 De acordo LDB 9394/96 no art. 58 diz que a oferta da Educação Especial é dever
820 constitucional do estado, e tem início ainda na Educação Infantil. Sabemos que para atender
821 aos alunos portadores de necessidades Educacionais especiais a solução do problema não é
822 simplesmente criar salas de aula, é preciso assegurar os direitos das crianças especiais, ter um
823 currículo apropriado, recursos educativos específicos, ter professores com especialização na
824 área

825 De acordo com o P.N. E “A Educação especial se destina às pessoas com
826 necessidades especiais no campo da aprendizagem, originados que de deficiência física,
827 sensorial, mentais ou múltiplas, que de características como altas habilidades, superdotação
828 ou talentos”. Sendo assim, temos um grande desafio de incluir os portadores de necessidades
829 especiais, na rede regular de ensino, organizações não governamentais para atendimento
830 especializado.

831 Diante disso, o PME deverá propor metas e objetivos que envolvam outros agentes,
832 visando encontrar a solução para atendimento aos portadores de necessidades especiais das
833 redes de ensino do município.



834 **EDUCAÇÃO INDÍGENA**

835 **DIAGNÓSTICO:**

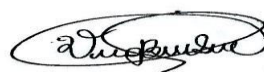
836 **1.1. Fundamentação**

837 É garantido aos povos indígenas brasileiros o reconhecimento de suas formas
838 próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos
839 de constituição de saberes e transmissão cultural para as gerações futuras. Gerando com a
840 extensão desses direitos a possibilidade de os povos indígenas se apropriarem da instituição
841 escola, atribuindo-lhe identidade e função peculiares.

842 A escola, espaço histórico de imposição de valores e assimilação para incorporação à
843 economia de mercado e, conseqüentemente, devoradora de identidades, passa a ser
844 reivindicada pelas comunidades indígenas como espaço de construção de relações
845 intersocietárias baseadas na interculturalidade e na autonomia política. O direito a uma
846 Educação Escolar Indígena caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela
847 recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos dos povos
848 indígenas e pela revitalizada associação entre escola/sociedade/identidade, em conformidade
849 aos projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena - foi uma conquista
850 das lutas empreendidas pelos povos indígenas e seus aliados, e um importante passo em
851 direção da democratização das relações sociais no país.

852 A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da
853 Educação (Secad/MEC) foi criada pelo Governo Federal com a missão de disseminar e
854 implementar conceitos, conteúdos e práticas de gestão organizadas a partir do reconhecimento
855 da diversidade como patrimônio da sociedade brasileira, mobilizadora de conquistas e
856 avanços democráticos que constroem uma sociedade justa e igualitária. O amplo campo da
857 diversidade sociocultural no país, submetido historicamente a práticas homogeneizadoras,
858 geradoras de desigualdades e injustiças sociais, passa a ser valorizado nas políticas públicas e
859 no espaço escolar, criando-se novas agendas, compromissos e debates.

860 Os desafios postos pela educação escolar indígena, que compreende as complexas
861 demandas implicadas no reconhecimento da diversidade de mais de 225 povos e da sua busca
862 por autodeterminação, estão sendo enfrentados pela Secad/MEC com políticas de formação de
863 professores indígenas focadas nas licenciaturas e no magistério intercultural, de produção de
864 materiais didáticos e paradidáticos específicos, de ampliação da oferta de educação básica nas



865 escolas indígenas e de fortalecimento da interlocução institucionalizada e informada de
866 representantes indígenas com os gestores e dirigentes do MEC e dos sistemas de ensino

867 Desse modo é um dos fundamentos da educação escolar indígena o reconhecimento
868 da comunidade educativa indígena, pois, conforme o RCNEI, ela

869 [...] possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e
870 distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da
871 educação tradicional dos povos indígenas (...) que podem e
872 devem contribuir na formação de uma política e práticas
873 educacionais adequadas (BRASIL. MEC, 2005a).

874 O reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem deriva do conhecimento
875 das diferentes formas de se organizar socialmente dos povos indígenas. Desse modo, muitos
876 professores indígenas têm se preocupado em pesquisar os fundamentos e as estratégias desses
877 processos cognitivos, gerando o que se entende hoje por pedagogias indígenas. Nos Diários
878 de Classe de alguns professores indígenas, relatos do seu trabalho pedagógico em sala de aula,
879 essas pedagogias são evidenciadas nas escolhas metodológicas para a aquisição da lecto-
880 escrita, no uso da oralidade para a construção dos conhecimentos, na organização do tempo
881 e do espaço escolar, no agrupamento dos estudantes, nas diversas atividades feitas a partir da
882 associação da escola com a vida comunitária (PIANTA, 2003).

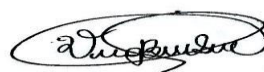
883 Outra idéia que conceitua o campo da educação escolar indígena diz respeito à
884 autodeterminação das comunidades indígenas. Para o RCNEI :

885 Os povos indígenas em todo o mundo, no contexto atual de inserção
886 nos estados nacionais, têm contato com valores, instituições e
887 procedimentos distintos dos que lhes são próprios. Eles têm o direito
888 de decidir seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e
889 administrando autonomamente seus projetos de futuro. Desse modo,
890 a escola indígena faz parte desse projeto de construção autônoma do
891 projeto societário. Para isso, a comunidade deve participar da
892 definição do projeto político-pedagógico da escola, das decisões
893 pedagógicas e curriculares e da organização e gestão escolares (Op.
894 cit.).
895

896 As experiências alternativas que inovaram a discussão e prática da educação escolar
897 em um contexto de diversidade indígena firmaram algumas categorias que se tornaram
898 definidoras da escola indígena como uma categoria específica de estabelecimento de ensino.

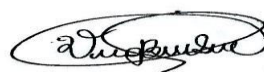
899 São características da escola indígena: a interculturalidade, o bilingüismo ou
900 multilinguismo, a especificidade, a diferenciação e a participação comunitária.

901 A interculturalidade considera a diversidade cultural no processo de ensino e
902 aprendizagem. A escola deve trabalhar com os valores, saberes tradicionais e práticas de cada
903 comunidade e garantir o acesso à conhecimentos e tecnologias da sociedade nacional



904 relevantes para o processo de interação e participação cidadã na sociedade nacional. Com
905 isso, as atividades curriculares devem ser significativas e contextualizadas às experiências dos
906 educandos e de suas comunidades constroem conhecimentos e estratégias sociais sobre a
907 situação de contato interétnico, podem ser conceituadas como escolas de fronteira espaços
908 públicos em que situações de ensino e aprendizagem estão relacionadas às políticas
909 identitárias e culturais de cada povo indígena. Portanto, a educação escolar indígena
910 problematiza enfaticamente a relação entre sociedade, cultura e escola, reassociando a escola
911 a todas as dimensões da vida social e estabelecendo novos sentidos e funções a partir de
912 interesses e necessidades particulares a cada sociedade indígena. Assim, a escola indígena
913 será específica a cada projeto societário e diferenciada em relação a outras escolas, sejam de
914 outras comunidades indígenas, sejam das escolas não-indígenas. A escola indígena se
915 caracteriza por ser comunitária, ou seja, espera-se que esteja articulada aos anseios de
916 comunidade e a seus projetos de sustentabilidade territorial e cultural. Dessa forma, a escola e
917 seus profissionais devem ser aliados da comunidade e trabalhar a partir do diálogo e
918 participação comunitária, definindo desde o modelo de gestão e calendário escolar o qual
919 deve estar em conformidade às atividades rituais e produtivas do grupo até os temas e
920 conteúdos do processo de ensino-aprendizagem.

921 Os direitos lingüísticos dos povos indígenas, de que os processos de aprendizagem
922 escolares sejam feitos nas línguas maternas dos educandos, trazem a atenção para a realidade
923 sociolingüística da comunidade onde está inserida a escola e para os usos das línguas tanto no
924 espaço comunitário quanto no escolar. Chamamos isso de bilingüismo ou multilingüismo na
925 escola indígena, visto que em algumas regiões, falantes e comunidades indígenas usam no
926 dia-a-dia, além de duas ou três línguas maternas, o português e as línguas usadas nos países
927 com que o Brasil faz fronteira. Esta característica da escola indígena passa hoje por uma
928 reflexão extensa e profunda entre os professores indígenas e as equipes técnicas dos sistemas
929 de ensino, pois se trata de uma abordagem às línguas usadas na comunidade e na escola, tendo
930 em vista um horizonte de manutenção, ampliação e/ou revitalização das línguas maternas e
931 aprendizagem da língua portuguesa com metodologias de aquisição de segunda língua. Levar
932 em conta os direitos lingüísticos das crianças nas escolas indígenas significa, então, conhecer
933 a realidade sociolingüística da comunidade e discutir essa realidade na escola, fortalecendo e
934 valorizando a língua indígena em seu uso como língua de instrução, de comunicação, dos
935 materiais didáticos e como objeto de análise e estudo. Para isso, os professores indígenas



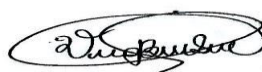
936 devem participar de cursos de formação continuada que possam possibilitar a construção de
937 conhecimento e reflexão sobre a realidade da sua língua, do bilinguismo ou multilinguismo
938 praticado na comunidade, e formular estratégias no âmbito da escola para fortalecer e ampliar
939 o uso da própria língua.

940 **1.2. Legislação brasileira e a educação escolar**

941 Não adianta ter leis, se a escola indígena diferente não for diferente.
942 Até agora a escola diferenciada só está no papel. A gente já falou
943 muito sobre escola indígena diferente, mas na prática as coisas
944 demoram muito para mudar. A gente não quer que a nossa história e
945 a nossa cultura se percam. Por isso, muitas comunidades indígenas
946 estão fazendo seus próprios currículos, do jeito que elas acham bom.
947 Agora temos leis que falam de educação indígena. As leis estão do
948 nosso lado e nós vamos lutar para que sejam cumpridas.
949 Depoimento da Prof.^a Maria de Lourdes, Guarani do Mato Grosso
950 do Sul (apud GRUPIONI, 2004:51).

951
952 Até a promulgação da Constituição de 1988, a legislação fundamentava-se na
953 pragmática assimilacionista e na ideologia integracionista. Assim, os dispositivos legais
954 buscavam legitimar a conquista e o domínio sobre os bens dos povos indígenas; serviram para
955 justificar as guerras contra os índios, para tranquilizar as consciências dos governantes com
956 relação ao extermínio dos povos indígenas em confrontos armados, bem como a utilização da
957 mão-de-obra indígena e a negação dos direitos desses povos durante quase 500 anos de
958 dominação, destruição e morte. As definições da Constituição Federal de 1988 relativas aos
959 direitos dos índios consolidaram os avanços alcançados junto ao Estado pelo movimento
960 indígena, que desde a década de 70 se organizava na busca da afirmação dos direitos desses
961 povos no Brasil. Os artigos 231 e 232, respectivamente, “reconhecem aos índios sua
962 organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as
963 terras que tradicionalmente ocupam” e que “suas comunidades e organizações são partes
964 legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses” rompendo
965 definitivamente com o paradigma integracionista e a instituição da tutela. Essas definições
966 devem-se também à adequação do Estado brasileiro a um panorama mundial em que muitos
967 Estados Nacionais, diante da luta por direitos humanos e sociais, afirmam, por meio de novos
968 ordenamentos constitucionais e legais, a possibilidade dos povos indígenas manterem suas
969 identidades e práticas socioculturais.

970 Nessa perspectiva, as definições da Constituição Brasileira de 1988 representam o
971 marco mais importante na legislação referente a questões indígenas, pois possibilitam a
972 reformulação de todos os parâmetros legais e conceituais que presidem o relacionamento do



973 Estado brasileiro com esses povos. Dentre os encaminhamentos importantes efetivados após a
974 Constituição de 1988, está o Decreto Presidencial nº 26/1991, que define o Ministério da
975 Educação como o responsável pela proposição da política de educação escolar indígena,
976 passando os Estados e Municípios a ser responsáveis por suas execução sob orientação do
977 MEC. Além desse decreto, outros documentos legais representativos são gerados no plano
978 educacional. Destacam-se, no âmbito federal, a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da
979 Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o
980 Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes
981 Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, regulamentadas pela Resolução nº
982 03/CNE/99.

983 No âmbito dos Estados há no período pós-Constituição Federal de 1988, a
984 promulgação de novas Constituições e definição de legislações específicas para a educação
985 escolar indígena, com o intuito de se adequarem os princípios nacionais às particularidades
986 locais. Embora ainda não se tenha alcançado a plena efetivação das leis na forma como foram
987 pensadas e definidas, não se pode negar o avanço desencadeado pelas definições presentes na
988 Constituição Federal de 1988 e nos documentos dela decorrentes.

989 **1.3. Os sistemas de ensino e a Educação Escolar Indígena**

990 A Educação Escolar Indígena vive hoje impasses com relação à efetivação do que
991 está garantido em diversos textos legais e normativos. É necessário refletir sobre quais
992 alternativas podem ser propostas para acelerar o processo de desenvolvimento da educação
993 escolar indígena sob os princípios da interculturalidade e do bilinguismo ou multilinguismo, a
994 fim de resolver questões como:

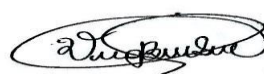
995 I - a falta de regulamentação sobre o regime de colaboração que rege a
996 relação entre as três esferas de governo;

997 II - a descontinuidade da ação dos sistemas de ensino, a dificuldade de
998 estabelecer um diálogo intercultural, ouvindo e compreendendo as perspectivas
999 indígenas;

1000 III - desafios de gestão que mantêm as escolas indígenas sem receber
1001 insumos básicos para seu funcionamento, como merenda escolar e material didático;

1002 IV - Falta de transparência na aplicação dos recursos públicos.

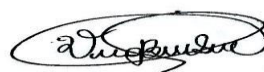
1003 Nesse sentido, a proposição do movimento indígena de criação de um Sistema de
1004 Educação Escolar Indígena, com mecanismos legais e normativos que garantam a autonomia



1005 tão buscada pelas escolas indígenas e assegurem a aplicação dos recursos públicos disponíveis
1006 para a educação escolar, ganha força. Essa discussão ainda está em processo em diferentes
1007 fóruns na sociedade civil e no âmbito estatal. Parece viável pensar que, mais que uma
1008 modalidade de ensino, a Educação Escolar Indígena pode ser considerada um sistema, ou um
1009 subsistema específico dentro do sistema de ensino, uma vez que a escola indígena é definida
1010 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) como uma categoria específica de escola, com
1011 normas e procedimentos jurídicos próprios, e as diretrizes e os objetivos dessa modalidade de
1012 educação escolar têm como foco a valorização dos usos lingüísticos, a interculturalidade, a
1013 participação comunitária e a colaboração com seus projetos de auto-sustentação. A
1014 regulamentação desse sistema geraria mecanismos legais, normativos e gerenciais que
1015 tornariam mais claro para as Secretarias de Educação o tratamento que essas escolas devem
1016 receber. Hoje, no máximo, são feitas adaptações em um quadro legal pré-existente que não
1017 condiz com as perspectivas da educação escolar intercultural. Existem vários exemplos desse
1018 ajuste, tais como os que são feitos para a contratação de professores, elaboração de
1019 calendários escolares, desenvolvimento de modelos de gestão pedagógica e de currículos, que
1020 não satisfazem, com toda razão, os diferentes atores indígenas, sejam eles professores ou
1021 lideranças.

1022 **1.4. Políticas públicas para a educação escolar indígena**

1023 Com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável
1024 pelos procedimentos de descentralização de recursos para diversos programas de
1025 desenvolvimento da educação, entre eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar, os
1026 diferentes Programas do Livro, o Programa de Transporte Escolar, foi estabelecida uma
1027 importante parceria para garantir o acesso das escolas indígenas a esses programas,
1028 observando-se suas especificidades. Assim, por exemplo, foi criado o Programa Nacional de
1029 Alimentação Escolar Indígena (PNAEI), que além de dispor de recursos diferenciados para a
1030 merenda das escolas indígenas, agrega o valor cultural dos padrões alimentares das
1031 comunidades e a possibilidade de aquisição dos alimentos produzidos por elas próprias. Outro
1032 avanço importante foi a participação da Secad/MEC na definição dos termos das Resoluções
1033 que normatizam o apoio financeiro suplementar com recursos orçamentários do MEC para
1034 instituições públicas ou privadas sem finalidades lucrativas. Nos anos de 2005 e 2006 essas
1035 Resoluções foram específicas para a educação escolar indígena, agregando aos critérios de
1036 avaliação e seleção das propostas sua conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais



1037 da Educação Escolar Indígena e participação das comunidades indígenas em instâncias de
1038 controle social. Finalmente, o financiamento da construção de escolas indígenas requereu uma
1039 forte articulação com o FNDE, em função das exigências legais para comprovação da
1040 titularidade das áreas onde as escolas seriam construídas, obrigatórias para a descentralização
1041 dos recursos financeiros. Uma série de estudos conjuntos tiveram que ser realizados a fim de
1042 superar dificuldades na interpretação da legislação e garantir a execução das ações
1043 pretendidas.

1044 Além das articulações com as diversas instâncias e órgãos do Ministério da
1045 Educação, a Secad/MEC realizou também uma articulação com diversos setores de outros
1046 ministérios em prol do desenvolvimento da Educação Escolar Indígena. Podemos citar ações
1047 articuladas com a Coordenação-Geral de Educação da Funai – Ministério da Justiça;
1048 Fundação Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; Comitê Gestor de Políticas Indigenistas
1049 – Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural –
1050 Ministério da Cultura; Projeto Carteira Indígena – Ministérios do Meio Ambiente e de
1051 Desenvolvimento Social; Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia –
1052 Ministério do Desenvolvimento Agrário; e com o Ministério dos Esportes, entre outros.

1053 Podemos afirmar que a Secad, partindo do fato de que a política de Educação Escolar
1054 Indígena que já vinha sendo implementada pelo MEC apontava para o rumo correto, optou
1055 por centralizar esforços para o incremento da velocidade, da abrangência e da qualidade das
1056 ações, programas e políticas em andamento, quando de sua criação em 2004. Muito foi
1057 alcançado, mas ainda temos grandes desafios à frente, dentre eles, citamos como relevantes:

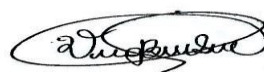
1058 I - Preencher de sentido o que preceitua a LDB quando estabelece a necessidade do
1059 regime de colaboração entre as três esferas administrativas (municipal, estadual e federal)
1060 para o pleno desenvolvimento da educação junto às comunidades indígenas;

1061 II - Fortalecer e promover a participação indígena na formulação, implementação e
1062 avaliação das políticas em curso;

1063 III - Garantir a formação de pelo menos 4.000 professores indígenas em cursos de
1064 Licenciatura Intercultural nos próximos quatro anos;

1065 IV - Incrementar a produção de livros, publicações de referência, DVD e CD de
1066 autoria indígena, para uso nas escolas e fortalecimento dos currículos diferenciados;

1067 V - Consolidar o apoio financeiro aos sistemas de ensino para construção, reforma,
1068 ampliação e equipamentos de cerca de 2.000 escolas nas aldeias;



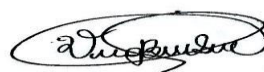
1069 VI - Implantar o segundo segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio em
1070 escolas indígenas articulados com a formação profissional dos jovens indígenas em
1071 articulação com os projetos societários de futuro de cada povo: Formação de professores
1072 indígenas para o magistério intercultural Introdução A proposta de uma Educação Escolar
1073 Indígena de qualidade – intercultural, específica, diferenciada, bilíngüe / multilíngüe –
1074 pressupõe que os próprios índios e suas respectivas comunidades estejam à frente como
1075 professores e gestores da prática escolar.

1076 Para que a escola indígena seja autônoma e fortaleça os projetos societários e
1077 identitários dos povos indígenas é fundamental desenvolver práticas de formação docente
1078 considerando cenários de diversidade sociocultural. Nesse contexto foi desenvolvido pela
1079 Secad/MEC o Projeto de Formação de Professores Indígenas para o Magistério Intercultural.

1080 **2. Panorama Geral da Educação Escolar Indígena**

1081 O quadro geral da educação escolar indígena no Brasil, permeado por experiências
1082 fragmentadas e descontínuas, é regionalmente desigual e desarticulado. Há ainda, muito a ser
1083 feito e construído no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de
1084 qualidade para os povos indígenas, que esteja ao encontro de seus projetos de futuro, de
1085 autonomia e que garanta a sua inclusão no universo dos programas governamentais que
1086 buscam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da Declaração
1087 Mundial sobre Educação para todos.

1088 Conforme os dados do Censo 2010/IBGE, os povos indígenas brasileiros somam
1089 896.917 mil pessoas, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, mais de 305 etnias
1090 ou sociedades indígenas, que falam 274 línguas indígenas, correspondem a 0,47 da população
1091 brasileira, ocupando 12,5% do território nacional, cerca de 107 milhões de hectares
1092 distribuídos em diferentes regiões brasileiras. Estima-se que esta população indígena, nos
1093 primórdios da história do Brasil, encontrava-se entre cerca de 2,5 milhões de pessoas. Esta
1094 população abrangia, no final da década de cinquenta, num mínimo de 68.100 numa hipótese
1095 mais otimista em 99.700, para um total de 142 etnias. Ainda cerca de 15% das terras
1096 indígenas encontram-se sem regularização, em sua maioria, apresentam problemas de invasão
1097 ou de exploração irregular de seus recursos naturais, decorrentes da ação de fazendeiros,
1098 madeireiros, garimpeiros, grileiros especuladores, extrativistas, pequenos produtores e
1099 famílias sem terra.



1100 No âmbito de Mato Grosso, existem 39 povos indígenas com uma população
1101 aproximada de 28 mil pessoas, vivendo em 66 terras indígenas, localizadas em 41 diferentes
1102 municípios. Desse total de terras reconhecidas, 90% estão regularizadas enquanto que as
1103 demais se encontram em diferentes fases do processo demarcatório. Há indícios de outros 09
1104 povos indígenas ainda não contatados e não identificados oficialmente.

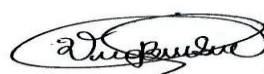
1105 Se por um lado, é extremamente rica a diversidade etnocultural das etnias indígenas
1106 mato-grossense, por outro, são inúmeros seus problemas e apelos tanto para a solução dos
1107 conflitos agrários e da regularização fundiária quanto das questões de saúde e
1108 fundamentalmente, para o atendimento das demandas educacionais. A educação escolar
1109 indígena em Mato Grosso tem uma história centenária de vida e trabalho, de acertos e erros.

1110 Em 1995, o Decreto nº. 265 do Governo Federal, criou o Conselho de Educação
1111 Escolar Indígena, órgão deliberativo, de caráter consultivo de assessoramento técnico, voltado
1112 para as ações no âmbito da Educação Escolar Indígena do Estado, em todos os níveis e
1113 modalidades de ensino, formado por 24 representantes de instituições governamentais, não--
1114 governamentais e professores indígenas. As diretrizes básicas do programa de ação
1115 governamental para o período 1995/2006 contemplam inúmeras proposições do Conselho de
1116 Educação Escolar Indígena colhidas nas aldeias. A implementação e avaliação dos projetos a
1117 partir das diretrizes, objetivos e metas passaram a ser o grande desafio da Educação Escolar
1118 Indígena em Mato Grosso.

1119 São quatro os programas e os desafios da atual política escolar indígena em Mato
1120 Grosso:

- 1121 1) a formação de professores;
- 1122 2) o fortalecimento escolar e das instituições envolvidas no programa de
1123 Educação Escolar Indígena;
- 1124 3) a educação profissional básica e técnica;
- 1125 4) o programa de implantação do Ensino Superior e formação continuada.

1126 No intuito de atender à Política Escolar Indígena, as instituições de Ensino Superior
1127 do Estado em parceria com a Secretaria de Educação do Estado – SEDUC tem desenvolvido
1128 projetos para formação de professores índios, caso do Projeto Hayô que objetiva formar
1129 professores de nível médio magistério. A UNEMAT e UFMT possuem cursos superiores
1130 específicos para professores indígenas.



1131 Em Rondolândia existem 02 etnias indígenas: Suruí e Zoró, vindo os Suruí a ocupar
1132 uma pequena parcela do território localizada na abrangência geográfica deste município, visto
1133 a maior ocupação dada por este povo está no Estado de Rondônia entre os municípios de
1134 Cacoal e Espigão D'Oeste em uma área denominada Sete de Setembro, somando uma área
1135 total de ocupação em 248.763 ha localizados nos municípios de Rondolândia-MT e Cacoal-
1136 RO, já os Zorós, conta com 100% de seu território localizado na área de abrangência
1137 geográfica do município de Rondolândia, em uma área de 356.862 há, constituindo uma
1138 população de cerca de 700 indivíduos, sendo quase sua totalidade falantes da língua materna
1139 denominada Panyjej Zoró do tronco Tupi da família Mondé. Os Zorós e os Suruís são
1140 falantes do mesmo troco e família linguística denominado Tupi Mondé.

1141 A educação dos povos indígenas sempre foi permeada por grandes dificuldades,
1142 tanto de ordem estrutural estradas, prédios escolares, quanto humana falta de professores e
1143 orientação adequada.

1144

1145 **Dados Estatísticos das escolas indígenas localizadas na terra Zoró.**

1146

1147 **Escola Municipal Indígena Guwa Puxurej**

1148 **Dados de matrícula**

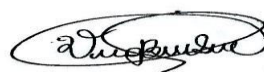
NÚMERO DE MATRÍCULAS	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	5	0	2	6	1
05 ANOS	6	3	4	5	7
1º ANO	2	7	2	1	5
2º ANO	3	2	8	2	2
3º ANO	6	3	1	8	2
4º ANO	6	4	6	3	9
EJA	16	4	8	6	0
TOTAL	44	23	31	31	26

1149

1150

1151

1152



1153

Quadro de professores

SÉRIE/ANO	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	1	1	1	1	1
05 ANOS	1	1	1	1	1
1º ANO	1	1	1	1	1
2º ANO	1	1	1	1	1
3º ANO	1	1	1	1	1
4º ANO	1	1	1	1	1
EJA	1	1	1	1	1
TOTAL	7	7	7	7	7

1154

1155

Nível de formação do quadro docente

FORMAÇÃO DE PROFESSORES	EN. FUND.	EN. MÉDIO	EM. MÉDIO (MAGIST.)	GRAD.
2011	4	3	-	-
2012	2	5	-	-
2013	1	6	-	-
2014	-	7	-	-
2015	-	7	-	-

1156

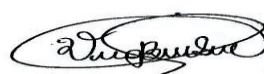
1157

1158

Evolução dos alunos da 1ª fase do Ensino Fundamental

	1º AO 3º ANO		4º ANO		EJA 1º SEGMENTO	
	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.
2010	-	-	-	-	-	-
2011	53 %	11,8 %	5,9 %	23,4 %	6,25	40,75
2012	88%	12%	100 %	-	30%	60%
2013	100%	-	100%	-	-	-
2014	100%	-	100%	-	90%	-

1159




1160

Percentual da taxa de distorção idade/ano e abandono

	2011		2012		2013		2014	
	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.
1º ANO	10%	-	10%	-	5%	-	-	-
2º ANO	10%	-	10%	-	5%	-	-	-
3º ANO	5%	-	10%	-	5%	-	-	-
4º ANO	15%	5,9%	10%	-	5%	-	5%	-
EJA 1º SEG.	-	50%	-	10%	-	100%	-	10%

1161

1162

Escola Municipal Indígena Tamali'Syn

1163

Dados de matricula

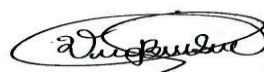
NÚMERO DE MATRÍCULAS	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	5	7	1	2	1
05 ANOS	8	10	13	9	14
1º ANO	23	6	10	8	6
2º ANO	17	7	8	12	7
3º ANO	14	13	14	8	9
4º ANO	14	8	18	14	8
EJA	47	19	23	23	4

1164

1165

Números de docentes

	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	1	1	1	1	2
05 ANOS	1	1	1	1	1
1º ANO	1	1	1	1	1
2º ANO	1	1	1	1	1
3º ANO	1	1	1	1	2
4º ANO	1	1	1	1	1
EJA	3	3	3	3	1




1166

Nível de formação do quadro docente

FORMAÇÃO DE PROFESSOR	ENS. FUN.	EN. MÉDIO	E.M. MAGIST	GRA D.	PÓS GRAD./ESP	MES T.	DOUT.
2011	4	4	-	1	-	-	-
2012	3	5	-	1	-	-	-
2013	2	6	-	1	-	-	-
2014	1	7	-	1	-	-	-
2015	-	8	-	1	-	-	-

1167

1168

Evolução dos alunos da 1ª fase do Ensino Fundamental

	1º AO 3º ANO		4º ANO		EJA 1º SEGMENTO	
	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.
2010	-	-	-	-	-	-
2011	45%	50%	14,25%	71,5%	15%	74,5%
2012	95%	2,5%	90%	5%	40%	40%
2013	100%	-	100%	-	5%	-
2014	100%	-	100%	-	90%	-

1169

1170

Percentual da taxa de distorção idade/ano e abandono

	2011		2012		2013		2014	
	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.
1º ANO	15%	2,5%	12%	-	8%	-	-	-
2º ANO	8%	2,5%	12%	5%	8%	-	-	-
3º ANO	15%	-	0%	-	10%	-	-	-
4º ANO	20%	14,25	15%	2,5%	10%	-	5 %	-
EJA 1º SEG.		10,5%		20%		90%		10%

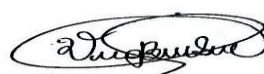
1171

Os alunos desta escola estão distribuídos em 07 (sete) anexos, localizados em

1172

diferentes aldeias.

1173




1174

Escola Municipal Indígena Zawã Kej Alakit

1175

Dados de matrícula

NÚMERO DE MATRÍCULAS	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	4	4	3	2	2
05 ANOS	5	5	4	2	3
1º ANO	4	4	6	4	2
2º ANO	2	2	5	4	6
3º ANO	2	3	4	5	7
4º ANO	1	1	8	6	3
EJA	8	8	24	21	1

1176

1177

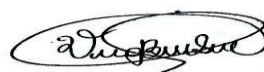
Números de docentes

	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	1	1	1	1	1
05 ANOS	1	1	1	1	1
1º ANO	1	1	1	1	1
2º ANO	1	1	1	1	1
3º ANO	1	1	1	1	1
4º ANO	1	1	1	1	1
EJA	1	1	1	1	1

1178

Nível de formação do quadro docente

FORMAÇÃO DE PROFESSORES	EN. FUND	ENS. MÉDIO	E.M. MAGIST	GRAD.	PÓS GRAD./ESP.	MEST.	DOUT.
2011	3	3	-	1	-	-	-
2012	2	4	-	1	-	-	-
2013	1	5	-	1	-	-	-




2014	-	5	1	1	-	-	-
2015	-	5	1	1	-	-	-

1179

1180

Evolução dos alunos da 1ª fase do Ensino Fundamental

1181

	1º AO 3º ANO		4º ANO		EJA 1º SEGMENTO	
	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.
2010	-	-	-	-	-	-
2011	87,5%	12,5%	100%	-	62,5%	25%
2012	90%	10%	100%	-	75%	12,5%
2013	100%	-	100%	-	-	-
2014	100%	-	100%	-	100%	-

1182

1183

Percentual da taxa de distorção idade/ano e abandono

	2011		2012		2013		2014	
	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.
1º ANO	10%	-	5%	-	2%	-	-	-
2º ANO	15%	-	5%	-	2%	-	-	-
3º ANO	15%	-	5%	-	3%	-	-	-
4º ANO	20%	-	10%	-	5%	-	5%	-
EJA 1º SEG.	-	12,5%	-	12,5%	-	100%	-	-

1184

Os alunos desta escola estão distribuídos em 04 anexos, localizados em diferentes

1185 aldeias.

1186

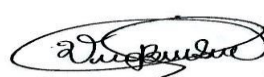
1187

Escola Municipal Indígena Zawyt Wawã

1188

Dados de matrícula

NÚMERO DE MATRÍCULAS	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	8	1	4	6	4
05 ANOS	14	2	5	3	6
1º ANO	9	2	6	5	4




2º ANO	7	8	8	6	5
3º ANO	8	4	15	8	5
4º ANO	6	2	14	15	8
EJA	18	6	16	15	0

1189

1190

Quadro de professores

	2011	2012	2013	2014	2015
04 ANOS	1	1	1	1	1
05 ANOS	1	1	1	1	1
1º ANO	1	1	1	1	1
2º ANO	1	1	1	1	1
3º ANO	1	1	1	1	1
4º ANO	1	1	1	1	1
EJA	2	1	1	1	-

1191

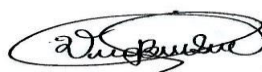
1192 **Nível de formação do quadro docente**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES	ENS. FUND	ENS. MÉDIO	EM. MAGIST	GRAD	PÓS GRAD./ ESP.	MEST.	DOUT.
2011	4	3	-	1	-	-	-
2012	3	3	-	1	-	-	-
2013	2	4	-	1	-	-	-
2014	1	5	-	1	-	-	-
2015	-	6	-	1	-	-	-

1193

1194 **Evolução dos alunos da 1ª fase do Ensino Fundamental**

	1º AO 3º ANO		4º ANO		EJA 1º SEGMENTO	
	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.	APROV.	REPROV.
2010	-	-	-	-	-	-




2011	30%	70%	40%	60%	10%	70%
2012	100	-	100%	-	70%	15%
2013	90%	-	100%	-	7%	-
2014	100%	-	100%	-	100%	-

1195

1196

Percentual da taxa de distorção idade/ano e abandono

	2011		2012		2013		2014	
	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.	DIST.	ABAND.
1º ANO	5%	-	5%	-	2%	-	-	-
2º ANO	2%	-	5%	-	4%	-	-	-
3º ANO	10%	-	5%	-	3%	10%	-	-
4º ANO	10%	-	5%	-	-	-	-	-
EJA 1º SEG.	-	20%		15%	-	93%	-	-

1197

Os alunos desta escola estão distribuídos em 04 anexos, localizados em diferentes

1198

aldeias.

1199

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

1200

1201

Tais estatística sé dá ao fato da pouca escolarização dos professores indígenas, a

1202

dificuldade de acompanhamento pela secretaria municipal de educação, a inexistência de um

1203

departamento com uma equipe específica multiprofissional que trate especificamente a

1204

educação escolar indígena no município.

1205

Ademais há de se considerar à característica nômade dos povos Tupi Mondé que

1206

migram, constantemente de um lugar para outro dentro de seu território. As migrações vieram

1207

a aumentar pelo fato de muitas famílias se mudarem e ou permanecerem nômades para

1208

acompanhar a retirada de madeiras, outras vezes pelo isolamento das aldeias por falta de

1209

estradas de acesso e também para acompanhar as atividades religiosas dentro e fora da terra

1210

indígena. Soma de fatos responsáveis por alto índice de evasão e baixo aproveitamento

1211

escolar. A Associação do Povo Indígena Zoró, A FUNAI, SEMEC e os conselhos escolar vem

1212

utilizando como estratégia o planejamento estratégico participativo realizado desde 2009 para

1213 discutir o problema com as comunidades e lideranças, buscando gradativamente conscientizá-
1214 los de seus direitos e deveres frente à educação escolar.

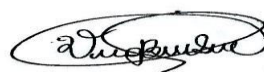
1215 **3. Trajetória da educação escolar indígena em Rondolândia**

1216 **3.1. Povo Zoró**

1217 Após muita luta dos índios para retirada dos invasores, a Terra Indígena Zoró foi
1218 “caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena” através do Decreto
1219 Presidencial nº 265 de 29 de julho de 1991. Tem uma superfície de 355.789,592h (trezentos e
1220 cinqüenta e cinco mil, setecentos e oitenta e nove hectares, cinqüenta ares e noventa e dois
1221 centiares) e perímetro de 304.399m (trezentos e quatro mil trezentos e noventa e nove
1222 metros). Está localizada no município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, próximo à
1223 divisa com o Estado de Rondônia. Tem como vizinhos as Terras Indígenas Roosevelt, Sete de
1224 Setembro e Igarapé Lourdes, habitadas respectivamente pelos povos Cinta-Larga, Suruí de
1225 Rondônia, Gavião e Arara Karo. O clima na Terra Indígena Zoró é tropical, caracterizado por
1226 uma estação chuvosa e outra seca. Nos meses de maio a agosto ocorrem períodos chamados
1227 de friagem, quando a temperatura baixa a até 10°C. A vegetação é formada por floresta
1228 latifoliada, densa e com grandes copas. Rica em espécies vegetais de grande valor comercial
1229 tem despertado a cobiçada por parte dos madeireiros da região de seu entorno. A rede
1230 hidrográfica é composta pelos rios Branco (Balibexi) – de maior porte – e Canaã (Zarkuti);
1231 Igarapé Quatorze de Abril, Cigano (Paliaxi), Tiroteio (Bulirikatxi) e Braço Direito do Rio
1232 Branco. A área conta também com inúmeros pequenos cursos d’água que secam no período
1233 de estiagem.

1234 Se autodenominam Pangyjêj, que Tressmann (1994) etimologicamente traduziu
1235 como “nós comemos carne moqueada” – pa = nós (inclusivo) ngÿj = mangãj / makajã =
1236 moquear. A língua falada pelo povo é do Tronco Tupi, família Mondé e denominada
1237 Pangyjêj. Formam um grupo com uma população atual em torno de 630 indivíduos. No
1238 período pré-contato eram caçadores e coletores, migrando sazonalmente dentro de seu
1239 território de perambulação. Após o contato, as migrações características cessaram, quando o
1240 povo foi reunido na Aldeia Bubyrej (Central) no ano de 1977.

1241 A educação tradicional Zoró, anterior à influência da sociedade envolvente, tinha
1242 como objetivo formar indivíduos plenos capazes de lutar pela sobrevivência física da família e
1243 do grupo através dos elementos historicamente construídos, desde os mitos de origem até as
1244 técnicas de confecção de objetos, obtenção e produção de alimentos. Após o contato com



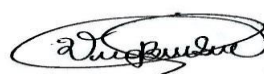
1245 outra forma de vida, bens de consumo e tecnologias diferentes, além de cumprir essas
1246 funções, a educação Zoró precisa dar conta de novas necessidades. Esse “transitar entre duas
1247 culturas”¹ tem levado à fragilização dos aspectos culturais próprios e a educação escolar se
1248 apresenta como uma ferramenta de revitalização cultural, promovendo a transmissão e o
1249 registro dos etnoconhecimentos historicamente construídos por eles e o domínio dos
1250 conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados no currículo nacional comum.

1251 A partir de 1992, novas aldeias começaram a ser abertas e os Zoró começam a
1252 habitar pequenas aldeias distribuídas dentro da Terra, cujo número cresce a cada ano,
1253 conforme o quadro abaixo.

1254

ALDEIA	ANO DE CRIAÇÃO
1. Bubyrej – Central	1976
2. Zawã Kej – Barreira	1991
3. Tamali Syn	1992
4. Guwa Puxurej – José	1992
5. Webaj Karej – Sagapuga	1992
6. Panjirawá	1992
7. Ipewyrej	1992
8. Anguj Tapua	1992
9. Japarara	1994
10. Ikarej – Pepuj	1998
11. Pawanewã	1999
12. Sabesewap	1999
13. Imbupeaxurej – Chiquinho	2001
14. Aldeia-Escola Zawã Karej Pangyjěj	2002
15. Dwanjurej	2003
16. Rio Azul – Sérgio Akit	2004

¹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Propostas para a Formação de professores Indígenas no Brasil. **Em Aberto** vol. 20, nº. 76 p. 34-43, fev., 2003.



17. Paraíso da Serra	2005
18. Santa Cruz	2005
19. Aldeia do Paulo Apeti	2005
20. Duabyrej – Caneco	2006
21. Aldeia-Escola Zarup Wej	2006
22. Ipsyrej – Juarez Pabeabá	2006
23. Pandarawej	2007

Fonte: APIZ, novembro de 2009.

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

As atividades econômicas giram em torno do plantio de roçados para subsistência e da coleta de castanha do Brasil (*Bertoletia excelsa*) para venda no mercado regional. Em seus roçados, tradicionalmente os Zoró plantam milho, feijão, amendoim, várias espécies de cará, inhame amarelo, batata, mandioca, pimenta malagueta, mamão e algodão. Após o contato começaram a cultivar banana, arroz, frutíferas e hortaliças. Os colonos invasores (entre 1985 e 1992) deixaram em torno de oito mil hectares de pastagens, nas quais os Zoró iniciaram a criação de gado.

1264

3.2. A construção da escola indígena pela sociedade Zoró Panyjeje

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

O contato oficial do povo Zoró com a sociedade envolvente deu-se por volta do ano de 1977. O estabelecimento das relações interculturais – principalmente pela pressão para exploração dos recursos naturais – faz surgir novas necessidades de auto-sustentação para a comunidade recém-contatada. Entre estas necessidades, o domínio da língua nacional e a capacidade de realização de cálculos e resolução de problemas. Vendo na escola a possibilidade de atender a esta demanda, o povo Zoró, com recursos próprios, construiu uma escolinha em 1988 e contratou uma professora com a renda da borracha. A falta de clareza sobre o real papel da escola na sociedade indígena e a falta de preparo específico dos professores resultaram no desestímulo dos índios em manter a escola. Optaram por continuar estudando sozinhos. Grupos de jovens indígenas tentavam aprender com cartilhas e livros cedidos pelos missionários evangélicos.

1276

1277

1278

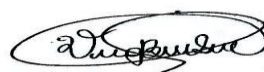
1279

Em 1991 a FUNAI e o IBAMA estimularam os indígenas a construir uma escola indígena na Aldeia Bubyrej, já utilizando um professor indígena para ministrar o ensino bilíngüe, mesmo não existindo ainda regras de lingüística para a língua Panyjeje. No final de 1992 a destruição de colonos na área mobilizou os indígenas para a área próxima à estrada

1280 que liga o Município de Espigão d'Oeste – RO ao Condomínio de Fazendas no Mato Grosso,
1281 desestabilizando o funcionamento da escola. Novamente a FUNAI e o IBAMA improvisaram
1282 uma escola de lona no acampamento dos indígenas na entrada da área, à beira da estrada,
1283 onde hoje é a Aldeia Zawã Kej, na qual o professor indígena voltou a atuar. Desde o início os
1284 indígenas receberam assessoria e formação em serviço, o que contribui para o rápido
1285 amadurecimento da comunidade indígena, estimulando o surgimento de escolas em outras
1286 aldeias. O COMIN continuou o trabalho de pesquisa lingüística, iniciado na época do contato
1287 pelo Museu Goeld. O CIMI, através da Lingüista Ruth Maria Monserrat, manteve assessoria
1288 em lingüística trabalhando junto aos professores indígenas no Projeto Açaí de Formação em
1289 Magistério Intercultural, pesquisando e desenvolvendo a escrita da língua Pangyjej.

1290 Depois de concluída a formação de Magistério pelo Projeto Açaí, o CIMI ainda
1291 realizou algumas oficinas com a lingüista Ruth Monserrat. Por outro lado, os missionários
1292 evangélicos que atuam junto ao povo Gavião, através das atividades de evangelização,
1293 também abordam as línguas Pangyjej e Gavião como sendo iguais e a utilizam em frases para
1294 camisetas e bonés, na tradução de hinos cristãos em CD's e em outros materiais de marketing
1295 da religião, utilizando grafia diferente da trabalhada pelo CIMI para alguns sons. Isso cria
1296 algumas dificuldades no trabalho da escrita Pangyjej, pois alguns professores indígenas
1297 escrevem de um
1298 jeito e outros escrevem de forma diferente. Isso é perceptível nas oficinas pedagógicas e de
1299 planejamento realizadas com os professores indígenas Zoró. Atualmente os professores
1300 discutem a necessidade de uma convenção lingüística, pois foram criadas algumas variações
1301 na escrita de certos sons que precisam ter uma escrita definida entre falantes e escritores
1302 Pangyjej.

1303 O amadurecimento da comunidade e a necessidade de uma instituição representativa
1304 própria levaram à criação da APIZ – Associação do Povo Indígena Zoró – Pangyjej, em 1994.
1305 Através desta organização, a comunidade começou a pensar formas próprias de educação
1306 escolar, com estrutura física e currículos que atendessem às especificidades da comunidade.
1307 Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Aripuanã – MT, a comunidade Zoró
1308 construiu de forma improvisada com matéria prima local na aldeia Bubyrej a primeira escola,
1309 em 1991 – a Escola Municipal “Zawit Wawã”. Em 1996, ainda em parceria com a Prefeitura
1310 de Aripuanã, foi construída outra escola no estilo semitradicional na Aldeia Guwa Puxurej,
1311 com o mesmo nome da aldeia. Com a emancipação do Município de Rondolândia no ano de



1312 2000, essas escolas indígenas passaram a pertencer à nova Prefeitura. Posteriormente foram
 1313 construídas outras escolas municipais, além de vários anexos na Terra Indígena Zoró.
 1314 Atualmente, existem as seguintes escolas atendendo diretamente o povo Zoró com os quatro
 1315 primeiros anos do Ensino Fundamental:
 1316
 1317

Escola Municipal Indígena “Zawã Kej Alakit”, localizada na Aldeia Zawã Kej	
Anexo	Aldeia onde está localizado
I	Ikarej (Desativado)
II	Santa Cruz
III	Rio Azul
IV	APIZ – Associação do Povo Indígena Zoró
Escola Municipal Indígena “Tamali Syn”, localizada na aldeia Tamali’Syn	
Anexo	Aldeia onde está localizado
I	Imbupeaxurej (Aldeia do Chiquinho)
II	Duabirej (Aldeia do Caneco)
III	Duandjurej (Dapua Ti Xiwa)
IV	Abesewap
V	Aldeia Paraíso da Serra
VI	Ypsyrej (desativado)
VII	Zarup Wej
Escola Municipal de Educação Indígena Guwa Puxurej, com sede na aldeia Guwa Puxurej	
Anexo	Aldeia onde está localizado
I	Webaj Karej (Saga Puga)
II	Bepêwej (desativado)
Escola Municipal de Educação Indígena Zawyt Wanwã, com sede na aldeia Bubyrej	

Anexo	Aldeia onde está localizado
I	Anguj Tapua
II	Ipe Wyrej
III	Pandarap Arej
IV	Pawanewa

1318

1319 Sentindo a necessidade do prosseguimento dos estudos dos alunos indígenas após a
1320 4ª série, o povo Zoró começou a procurar suas próprias estratégias objetivando aumentar a
1321 escolaridade na comunidade.

1322 *“A comunidade deve procurar os órgãos responsáveis para exigir uma*
1323 *educação própria para o povo Zoró, depois da 4ª série.”*²

1324 A estratégia posta em prática por algum tempo foi a matrícula de alguns alunos na
1325 EFA – Escola Família Agrícola “Itapirema” de Ji-Paraná, em Rondônia. Essa escola oferece
1326 Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, Ensino Médio e Ensino Superior para alunos da zona
1327 rural. No entanto, muitas dificuldades foram sendo sentidas, principalmente provocadas pela
1328 ausência de componentes curriculares que levem em conta as particularidades da
1329 interculturalidade e a necessidade de um atendimento diferenciado e específico para os
1330 indígenas, como expressa o sentimento do Planejamento Estratégico da comunidade, feito em
1331 maio de 2000:

1332 *“A comunidade deve participar mais da educação dos alunos Zoró na EFA*
1333 *– Escola Família Agrícola (que oferece ensino de 5ª a 8ª séries, médio e*
1334 *profissionalizante para alunos da zona rural), acompanhando os estudos dos alunos*
1335 *através dos pais, assessores das escolas e membros da Associação Pangyjej.”*

1336 O desejo por uma escola diferenciada e específica para o povo Zoró fica claro no
1337 depoimento de alguns alunos, em dezembro de 2002:

1338 *“Quando eu estudava fora as professoras não ensinavam direito, não*
1339 *consegui aprovação.”*

1340 *“Era muito difícil estudar na EFA, tinha muitas dificuldades. Aqui as*
1341 *dificuldades são menores e sempre tem um colega para ajudar a gente. Os*
1342 *conselheiros e a cozinheira é boa, todos têm paciência e a gente termina esquecendo*
1343 *a saudade da família.”*

² Oficina de planejamento estratégico participativo realizada na Aldeia Anguj Tapua, maio de 2000.

1344 *“Na escola do branco faltava comida indígena e falar na língua. O índio*
1345 *passava mal e tinha dificuldade para aprender.”*

1346 Esses depoimentos refletiam as várias situações de marginalização a que os alunos
1347 eram submetidos nas escolas fora da TI, diante da falta de condições para os indígenas do
1348 grupo Zoró prosseguirem no Ensino Fundamental após a 4ª série na própria área indígena:

1349 • Alunos que saem da TI para a cidade em busca de estudo e não conseguem
1350 integrar-se ao ensino que não leva em conta suas especificidades passam a ser vistos como
1351 elementos *diferentes* ao novo meio social.

1352 • Alunos que saem da TI para a cidade em busca de estudo e assimilam o *modo*
1353 *de vida* do não-índio, abandonando seus padrões etnoculturais, perdendo seus referenciais,
1354 passando a envergonhar-se de sua identidade étnica.

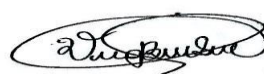
1355 • Alunos que não foram estudar fora da TI interromperam seus estudos e ficaram
1356 em desvantagem nas relações que precisam estabelecer com a sociedade envolvente na
1357 comercialização de seus produtos, na administração de suas instituições próprias, na ocupação
1358 de espaços gestores das políticas públicas.

1359 A Aldeia-Escola foi planejada para cumprir o objetivo de promover a fixação do
1360 jovem indígena Zoró em suas terras, evitando cair em qualquer destas situações de
1361 marginalização. O impacto do contato com a sociedade nacional gerou situações que não
1362 agradam à comunidade, que vê na proposta político-pedagógica da escola a possibilidade de
1363 ultrapassar as dificuldades surgidas pela forma como se deram as primeiras relações com o
1364 não-índio.

1365 As ações e discussões implementadas pela APIZ junto às lideranças de todas as
1366 aldeias apontam as bases para a fundamentação político-pedagógica da escola indígena
1367 necessária:

1368 *“A comunidade deve ter lideranças que aconselhem os professores,*
1369 *orientando na organização do trabalho escolar, organizando o horário do futebol e*
1370 *de outras atividades da comunidade para não atrapalhar o horário das aulas,*
1371 *trazendo os trabalhos tradicionais (artesanato, pajelança, roça, caça, pesca, coleta,*
1372 *etc.) para dentro da escola.*

1373 *Propor à SEMEC a construção de escolas inspiradas na arquitetura tupi-*
1374 *mondé, trabalhando o modo de vida tradicional do povo Zoró junto aos alunos das*
1375 *escolas, realizando a gincana cultural todos os anos.*



1376 *Implantar uma escola agrícola indígena de 5ª a 8ª séries na Terra Indígena*
1377 *Zoró com proposta pedagógica diferenciada e currículo que contemple o*
1378 *desenvolvimento das atividades produtivas para se autosustentar, buscando parceria*
1379 *com o governo e ONG's interessadas.*”³

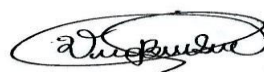
1380 Captando recursos através de seus projetos, a APIZ construiu, em 2001, a Aldeia-
1381 Escola Zawã Karej Pangyjej com um espaço físico diferenciado, que reproduz a estrutura de
1382 uma aldeia: malocas em estilo semitradicional que introduz alguns elementos da arquitetura
1383 tradicional na arquitetura típica dos povos Tupi Mondé e malocas completamente em estilo
1384 tradicional Tupi Mondé, recriando o ambiente das aldeias de origem dos alunos.

1385 Hoje muitas aldeias ocupam áreas degradadas pela ação antrópica dos madeireiros,
1386 colonos e fazendeiros, dificultando a manutenção de muitas atividades tradicionais de
1387 sobrevivência praticadas pelo povo Zoró. Nestas aldeias, apenas os mais velhos dominam as
1388 técnicas tradicionais de caça, pesca, coleta, roçados tradicionais, pajelança, etc. Pensando
1389 nisso, a Aldeia-Escola Zawã Karej Pangyjej foi construída num local não habitado nas
1390 proximidades do Rio Branco, lugar propício para a prática de tais atividades. A proximidade
1391 do rio e a vegetação nativa favorecem a prática das atividades tradicionais de sobrevivência,
1392 oferecendo terras mais propícias à agricultura, facilitando a reprodução do ambiente
1393 tradicional da aldeia Zoró e possibilitando a realização de atividades tradicionais e
1394 introduzidas de auto-sustentação pelos alunos, professores, monitores e conselheiros:

- 1395 ➤ roçados onde são cultivados produtos como banana, milho, batatas,
1396 amendoim, etc;
- 1397 ➤ horta escolar para assegurar a introdução de verduras e legumes na
1398 alimentação dos indígenas;
- 1399 ➤ caixas de criação de abelhas sem ferrão para produção de mel.

1400 O espaço da Aldeia-Escola também facilita as práticas de rituais e evocações
1401 mitológicas praticadas tradicionalmente pelo povo Zoró, como é o caso do mito Guwanej, que
1402 envolve o mundo submerso nas águas e para o qual se realizam vários rituais como o banho
1403 no rio de madrugada, a caça ao jacaré e aos quelônios, a bênção do espírito, a visita ao mundo
1404 submerso, a preparação de comidas tradicionais com castanha, milho, batatas, mandioca,
1405 larvas, etc. Assim o espaço físico da Aldeia-Escola compreende outros locais de socialização
1406 e construção curricular: a vida social, com seus eventos cotidianos e extraordinários, passa a

³ Oficina de planejamento estratégico participativo realizado na Aldeia Guwã Puxurej, dezembro de 2000.

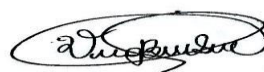


1407 ser um importante fator de influência na seleção do currículo escolar. Uma pescaria, uma
1408 caçada ou as coletas de frutos silvestres fazem parte das atividades da disciplina Extrativismo;
1409 a abertura e cultivo de um roçado, para a alimentação escolar, estão inseridos nas atividades
1410 de Agroecologia; a limpeza do terreno em volta da escola faz parte das Ciências Físicas e
1411 Biológicas; a confecção de artesanato tradicional é uma das atividades de Educação Artística;
1412 a preparação de uma festa tradicional faz parte da disciplina Religião, Mitos e Ritos; a
1413 construção de um viveiro de árvores frutíferas está inserida em Agroecologia, e assim por
1414 diante.

1415 Com o tempo, a implantação deste modelo de educação escolar posterior aos quatro
1416 primeiros anos do Ensino Fundamental específico para o povo Zoró fez surgir uma nova
1417 demanda: a necessidade de oferta do Ensino Médio e a necessidade de democratizar a oferta
1418 do Ensino Fundamental a todas as aldeias da TI Zoró, uma vez que a distância entre as aldeias
1419 dificultava a capacidade de atendimento de toda a demanda escolar pela primeira Aldeia-
1420 Escola criada. Pensando nisso, a comunidade Zoró iniciou em 2005 a construção de outra
1421 Aldeia-Escola, nos mesmos moldes da primeira, na região próxima ao Distrito de Pacarana,
1422 do outro lado da TI Zoró, onde começaram a funcionar turmas de 5º ao 9º ano do Ensino
1423 Fundamental, anexas da Aldeia-Escola Municipal Indígena “Zawã Karej Pangyjej”. O
1424 aumento da demanda pelo Ensino Médio levou a comunidade a reivindicar que a SEDUC de
1425 Mato Grosso institucionalizasse essa nova Aldeia-Escola com a ampliação da oferta da
1426 Educação Escolar para além do Ensino Fundamental. Assim, em 2007 foi criada a Aldeia-
1427 Escola Estadual Indígena de Educação Básica “Zarup Wej”.

1428 Em 2009 a comunidade educativa percebeu um distanciamento entre a educação
1429 escolar oferecida nas Escolas Municipais das aldeias e as Aldeias-Escolas, motivo pelo qual
1430 iniciou o processo de discussão de um PPP que conseguisse abarcar todas as etapas e
1431 modalidades de educação escolar indígena oferecidas na TI Zoró. O PPP ora apresentado está
1432 organizado para atender as demandas e expectativas do povo Zoró para a educação básica, em
1433 todas as modalidades e etapas de ensino oferecidas, contemplando as particularidades de cada
1434 uma delas, levando em conta o fato de que todas atenderão a um único povo com as mesmas
1435 características socioculturais, habitantes em constante movimentação dentro do seu território.

1436
1437
1438



1439 *Etapas de Ensino Oferecido*

1440 O Projeto Político Pedagógico refere-se ao programa de escolarização diferenciada,
1441 bilíngüe, intercultural e específica para indígenas do grupo Zoró, compondo as seguintes
1442 etapas da Educação Básica:

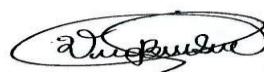
- 1443 • Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos – oferecida nas escolas
1444 municipais das aldeias da Terra Indígena Zoró;
- 1445 • 1º ao 4º anos do Ensino Fundamental – oferecidos nas escolas municipais das
1446 aldeias da Terra Indígena Zoró;
- 1447 • 5º ao 10º anos do Ensino Fundamental – oferecidos na AEEEFM “Zarup Wej”
1448 e no Anexo “Zawã Karej Pangyjej”, na Terra Indígena Zoró;
- 1449 • Ensino Médio – oferecido na AEEEFM “Zarup Wej” e no Anexo “Zawã Karej
1450 Pangyjej”.

1451 Refere-se ainda aos projetos especiais a serem desenvolvidos na AEEEFM “Zarup
1452 Wej” e no Anexo “Zawã Karej Pangyjej”:

1453 Escolarização Especial de Jovens e Adultos – EEJA ao nível de Ensino Fundamental
1454 oferecida aos indígenas com idade a partir de 15 anos completos;

- 1455 • Formação de Magistério para professores indígenas ao nível do Normal
1456 Intercultural;
- 1457 • Formação de Magistério para professores indígenas ao nível de
1458 Aproveitamento de Estudos;

1459 Todo esse processo de discussão com a comunidade contou com a moderação de
1460 Linete Ruiz Ferreira, o apoio da técnica da FUNAI Lígia Neiva, da ex-assessora do Município
1461 de Rondolândia Sandra Mara Gonçalves, bem como a valiosa tradução dos indígenas Aginaldo
1462 Zawandu, Alfredo Sep Kyat, Celso Xajip, Cristiane Ambé Gavião, Edilson Varatá, Fernando
1463 Berurandu, Fernando Xinepukuikap, Marcelo Xipabeanzap, Márcio Kyjanzap, Tiago
1464 Kapawandu e Valdemar Tagabá. A dinâmica dialógica dessa discussão endossa e fundamenta
1465 este documento, mas a comunidade tem consciência da necessidade de continuar as reflexões
1466 sobre a educação escolar, conforme os relatórios anexos, pois ainda há muito a construir
1467 acerca da parte específica da educação escolar indígena pretendida pelo povo Zoró. A
1468 comunidade educativa Zoró definiu realizar aproximação periódica do seu PPP da Educação
1469 Básica a cada 2 anos, mas sempre abordando a temática nas oficinas de planejamento
1470 estratégico participativo, realizadas periodicamente duas vezes ao ano. Afinal, é necessário



1471 que o PPP seja resultado do processo permanente de reflexão sobre a educação necessária
1472 para o povo Zoró.

1473 *“Simplesmente não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os*
1474 *outros.” Paulo Freire, 1981.*

1475 No aspecto legal, a educação escolar indígena obteve avanços significativos nos
1476 últimos anos. No entanto, ainda há muito o que fazer para por em prática o que asseguram os
1477 dispositivos legais quanto ao estabelecimento de uma educação específica, diferenciada e de
1478 boa qualidade para os povos indígenas. O povo Zoró tem buscado avançar na consolidação de
1479 uma educação escolar indígena que satisfaça suas necessidades no processo de
1480 autodeterminação. Apesar do seu contato oficial com a sociedade nacional só ter ocorrido a
1481 pouco mais de trinta anos, na Terra Indígena Zoró se construiu uma infra-estrutura escolar
1482 razoável, com a oferta de:

1483 ⇒ Educação Infantil e ensino de 1º ao 4º anos do Ensino Fundamental
1484 oferecidos nas Escolas Municipais Indígenas “Zawit Wawã” (com 04 anexos), “Tamali Syn”
1485 (com 09 anexos), “Zawã Kej Alakit” (com 03 anexos) e “Guwa Puxurej” (com 02 anexos);

1486 ⇒ ensino de 5º ao 10º anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio
1487 oferecidos pela Aldeia-Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Zarup Wej” e pelo
1488 Anexo “Zawã Karej Pangyjej”.

1489 Essas conquistas foram resultado de muita pressão da comunidade educativa Zoró,
1490 através da APIZ, como uma estratégia para evitar que os alunos indígenas, ao terminar a 4ª
1491 série, fossem obrigados a se transferir para escolas voltadas para um público não-índio, onde
1492 não são consideradas suas particularidades educacionais específicas. Em busca de uma escola
1493 que possibilite o pleno exercício da cidadania e da interculturalidade, respeitando suas
1494 particularidades lingüístico-culturais, o povo Zoró conseguiu mobilizar recursos
1495 governamentais e não governamentais para a construção de prédios escolares inspirados na
1496 arquitetura Tupi Mondé.

1497 A gestão democrática nas escolas Zoró é preponderante, expressa no PPP do povo e
1498 na dinâmica diária da comunidade escolar. Observa-se a pratica democrática e participativa na
1499 gestão escolar, em que as responsabilidades e compromisso da comunidade educativa com a
1500 escola ocupa uma ênfase nos processos da gestão.

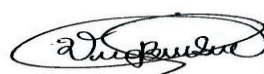
1501 A escola estadual mantém seu regimento pautado no PPP, bem como nas diretrizes
1502 estabelecidas pela comunidade educativa. O regimento interno da escola traz detalhado e

1503 definido, a responsabilidade e atuação de cada ator, facilitando a vida do gestor escolar, uma
1504 vez que cientes de suas responsabilidades frente ao regimento escolar e a comunidade
1505 educativa cada um é avaliado dentro daquilo que lhe compete. Há ainda um espírito
1506 colaborativo entre cada estrutura, pairando sempre uma relação harmoniosa entre esses
1507 agentes.

1508 Nos aspectos organizacionais da escola estadual, é visível a dificuldade da escola na
1509 execução de sua proposta curricular, uma vez que a SEDUC/MT a qual a escola é
1510 jurisdicionada, dispõe de sistema informatizados em que as especificidades do PPP ainda não
1511 é acolhido na sua integra. As disciplinas dispostas nas áreas específicas, foram reduzidas
1512 quase na sua totalidade, pois as escolas de rede estadual se organiza por área do
1513 conhecimento, diferente da proposta da escola Zoró que é por disciplina. Isto causa grande
1514 prejuízo aos alunos e professores. Aos professores por se desdobrarem para dar conta das
1515 disciplinas em que acumulam conteúdos das demais disciplinas que deveriam ser ministrados
1516 separadamente. Aos alunos pelo comprometimento na aprendizagem, já que os conteúdos não
1517 lhes são apresentados conforme prevê o PPP reduzindo drasticamente a carga horária prevista
1518 na matriz curricular proposta pelo povo Zoró.

1519 A escola dispõe de calendário escolar diferenciado, levando em conta a alternância
1520 de suas atividades entre as aldeias de origem dos alunos, denominada também como tempo
1521 comunidade e as aulas presenciais que acontecem na aldeia escola sede e na anexa
1522 concomitante

1523 Apesar do grande esforço da SEMEC e SEDUC em assegurar o calendário escolar
1524 específico conforme as peculiaridades da etnia há registros em que devido as condições
1525 climáticas e a falta na manutenção das estradas de acesso as aldeias, faz com que as aulas
1526 iniciem fora do tempo previsto. Normalmente o ano letivo nas escolas estadual tem ocorrido a
1527 partir do mês de abril ou maio. A comunidade educativa reclama a falta de política pública
1528 que garanta a manutenção de suas estradas em tempo, pois devido não haver condições de
1529 trafegabilidade durante o período chuvoso, o início das aulas em período tardio compromete o
1530 calendário escolar prejudicando à todos, pois ao repor as aulas para cumprir os dias letivos e
1531 as cargas horárias mínimas necessárias, os alunos e funcionários permanecem ate 30 dias na
1532 aldeia escola, sem retornar à suas aldeias de origem. Culminando no distanciamento dos
1533 alunos das suas aldeias e famílias.



1534 O calendários escolar da escola estadual se diferencia das escolas municipais por se
1535 tratar de propostas diferenciadas, mantendo a especificidades de ambos.

1536 Desde 2013 a comunidade educativa vem articulando com os poderes públicos
1537 SEDUC, SEMEC e FUNAI propostas de diálogos a fim de melhorar as condições de ensino
1538 nas aldeias, com propósitos de mobilizar meios para maior presença institucional nas aldeias
1539 para fins de acompanhar, orientar e assessorar os professores em seus fazeres pedagógico,
1540 bem como motivar e ampliar a participação e comprometimento dos pais com a escola.

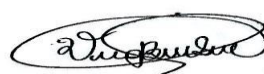
1541 **3.3 Povo Suruí**

1542 **3.3.1. Histórico do contato**

1543 “**Surui**” é o nome mais conhecido povo. Foi dado por antropólogos, mas O nome
1544 real é “**Paiter**“, que na língua Paiter significa: "*gente de verdade, nós mesmos*". O **Suruí** são
1545 um grupo indígena brasileiro dos estados de Rondônia e Mato Grosso. Falam a língua paiter-
1546 suruí, que pertence à família linguística mondé e ao grupo linguístico tupi. Vivem na Terra
1547 Indígena Sete de Setembro, que se localiza nos municípios de Cacoal, em Rondônia e
1548 de Rondolândia, em Mato Grosso. Esta Terra Indígena é banhada pela bacia do rio Branco,
1549 afluente do rio Roosevelt e que se forma a partir da junção dos rios Sete de Setembro e
1550 Fortuninha. Os principais afluentes do rio Branco que drenam a área são o Ribeirão Grande,
1551 rio Fortuninha e o Fortuna, na margem direita. Na margem esquerda há os rios Igapó
1552 (nomeado pelos Paiter), rio São Gabriel e outros sem denominação.

1553 Os Paiter mantêm na lembrança, transmitida de pai para filho, um tempo em que
1554 teriam emigrado da região de Cuiabá para Rondônia, no século XIX, fugindo da perseguição
1555 de brancos. Na fuga, entraram em choque com outros grupos indígenas e não indígenas. De
1556 fins do século XIX até a década de 20, com a exploração da borracha, a construção da estrada
1557 de ferro Madeira-Mamoré e a instalação das linhas telegráficas por Rondon, o fluxo
1558 migratório para Rondônia foi grande e seus efeitos se fizeram sentir sobre a população
1559 indígena na região, acarretando muitas lutas e mortes.

1560 Os Suruí Paiter foram oficialmente contatados pela Funai em 1969, por meio dos
1561 sertanistas Francisco Meirelles e Apoena Meirelles, no então acampamento da Funai, Sete de
1562 Setembro, quando nesse ano visitaram o acampamento, fundado um ano antes, no dia sete de
1563 setembro de 1968 (esse ficou sendo também o nome da principal aldeia Suruí, contígua ao
1564 posto). Os Suruí só passaram a morar de forma permanente no posto em 73, quando vieram
1565 buscar assistência médica em razão de uma epidemia de sarampo que reduziu a população da



1566 tribo de quase 5.000 para pouco mais de 250 pessoas e logo chegaram às doenças, o
1567 alcoolismo e outros males. Cerca de um terço da população continuou a morar fora da área
1568 indígena, perto da vila de Espigão do Oeste, mudando em 1977 para outro posto da Funai
1569 criado então, a linha quatorze.

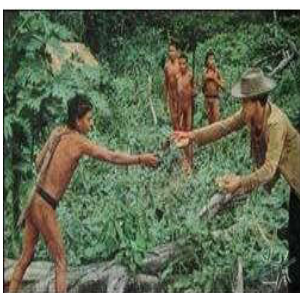
1570 Os paiter-suruís sobrevivem da caça, da pesca, da coleta de produtos da floresta e da
1571 agricultura. Os homens são responsáveis pela caça e pela preparação do terreno para as
1572 lavouras. As mulheres cuidam das crianças, cozinham e fazem cerâmicas e cestarias. Ambos
1573 os sexos plantam e pescam. Apesar das pressões que sofrem por parte dos não índios, que têm
1574 contribuído para diversas mudanças no grupo, os Paiter ainda mantêm muito das suas
1575 tradições, tanto no que diz respeito à cultura material quanto aos aspectos cosmológicos, que
1576 se relacionam com a cultura de outros grupos mondés.

1577 Atualmente o povo Suruí estão distribuídos em 25 aldeias no limite da Terra
1578 Indígena Sete de Setembro.

1579



1580



1584 3.3.2. Organização em torno da educação escolar

1585 Escola Municipal Indígena Sertanista Apoena Meirelles

1586 A Escola Municipal Indígena Sertanista Apoena Meirelles, localizada na linha 07 km
1587 08, na aldeia Sertanista Apoena Meirelles Terra Indígena 7 de Setembro do povo Paiter Suruí,
1588 Município de Rondolândia, estado de Mato de Grosso, foi fundado em 2005, conforme o
1589 decreto nº 152/GAB/PMR/2007, de 02 de Março de 2007.

1590 Conforme o relato do senhor José Itabira Suruí, Cacique geral do povo Paiter Suruí,
1591 a constituição da aldeia nesta localidade tem por objetivo atender duas necessidades
1592 principais: Primeiro, proteger a área dos invasores: madeireiros, caçadores e pescadores.
1593 Segundo, afastar seus filhos da cidade e trazê-los para convívio na aldeia, com a finalidade de
1594 manter vivos os costumes e tradições do seu povo.

1595 Como é entendido, o contato entre duas culturas, uma acaba por absorver parte da
1596 outra, na maioria dos casos a cultura “maior” é mantida por um maior número de pessoas e
1597 acaba por impor à cultura “menor” os seus costumes e valores.

1598 Com o intuito de resguardar a identidade do povo Paiter Suruí, optou-se pela criação
1599 de uma escola na própria aldeia, mesmo que a princípio, a demanda de alunos fosse um pouco
1600 reduzida.

1601 A Escola Municipal, nesse ano de 2015, atende parte do Ensino Fundamental, 1ª, 2ª e
1602 3ª Fase I Ciclo, 1ª e 2ª Fase do II Ciclo e Pré- escola possui 100% do corpo docente e
1603 administrativo indígena, sendo 01 diretor, 01 agente administrativo, 01 merendeira, 01
1604 zeladora e 04 professores.

1605 Tanto a escola Municipal quanto a Estadual, recebeu o referido nome em
1606 homenagem ao Sertanista José Soares Apoená Meirelles, assassinado em 2004.

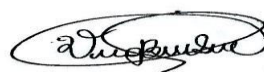
1607

1608 **EDUCAÇÃO SUPERIOR**

1609 **DIAGNÓSTICO:**

1610 O início de Ensino Superior em Rondolândia deu-se devido a necessidade de
1611 formação de professores tanto da rede municipal quanto da rede estadual e teve início em
1612 1999 com cursos de licenciatura plena na área de Pedagogia nas series iniciais oferecido pela
1613 UFMT/NEAD, e Licenciatura em Pedagogia, Letras e Matemática oferecidos pela
1614 UNEMAT/PARCELADAS, convênios firmados ainda pela Secretaria Municipal de Educação
1615 de Aripuanã e que foi transferida as responsabilidades para o município de Rondolândia em
1616 2001.

1617 Em 2002 a Secretaria de Educação de Rondolândia celebrou um convênio com a
1618 UNEMAT, dos cursos de Licenciatura em Letras habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa
1619 e Língua Portuguesa e Espanhol. Em 2003 efetuou outro convênio com a UFMT/NEAD
1620 ofertando curso de licenciatura em Pedagogia para séries iniciais e em 2005, um curso de
1621 Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil; neste mesmo ano foi firmado uma



1622 parceria com a FAROL/UNITINS para oferecimento de cursos serviço social, pedagogia e
1623 contabilidade que se iniciaram no ano de 2006.

1624 Desde 2013, o município de Rondolândia por requisito da sociedade, o poder
1625 executivo vem ofertando condições, no quesito transporte escolar, um ônibus para transportar
1626 os acadêmicos para o município de Cacoal-RO em que atente uma demanda diversificada de
1627 cursos ofertados pelas instituições: federal e particular de Ensino Superior.

1628 Segundo a legislação Federal, o ensino superior é de responsabilidade da união, no
1629 entanto, reconhecendo a importância social e econômica do Ensino Superior. Muitos
1630 municípios vêm incentivando e investindo no setor através de convênios e parcerias. Nesse
1631 aspecto, reside a importância de parâmetros e diretrizes bastante claros no Plano Municipal de
1632 Educação para a implementação de políticas públicas de Ensino Superior.

1633 A Educação Superior tem por finalidades primeiras de acordo com a LDB nº
1634 9.394/96 cap. IV, art.: 43, inciso: I e II:

1635 [...] I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico
1636 e do pensamento reflexivo e II – formar diplomados nas diferentes áreas do
1637 conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a
1638 participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua
1639 formação contínua (BRASIL, 1996).

1640 No caso de Rondolândia o número de pessoas que buscam o ingresso em cursos de
1641 ensino superior é cada vez maior, apesar de ainda ser pequeno o índice de estudantes
1642 universitários do município.

1644 Não há em Rondolândia a presença de universidades ou faculdades particulares ou
1645 públicas, isso faz com que os interessados em continuar seus estudos, após o término do
1646 ensino médio, tenham de procurá-los em outras cidades. Nesse caso, a maioria se dirige ao
1647 Município de Cacoal-RO e ingressam, em grande parte em Faculdades Particulares.

1648 O apoio oferecido pelo poder público municipal e seus estudantes de ensino superior
1649 é a manutenção de um ônibus que faz o transporte de Rondolândia-MT a Cacoal-RO.

1650 Não existe outro tipo de colaboração do Poder Público Municipal com relação alunos
1651 de baixa renda que ingressam no ensino Superior, uma vez que existem outros tipos de ajuda
1652 disponibilizados pelo Estado.

1653 As instituições que estão ofertando cursos superior no município de Cacoal-RO são
1654 devidamente credenciadas e possuem cursos reconhecidos e autorizados pelo MEC, tanto as
1655 instituições Particulares como as Públicas tem uma boa infraestrutura.

1656 Também te as instituições que disponibilizam cursos de Educação a Distância. Todos
1657 os pólos são autorizados pelo MEC e possuem uma infraestrutura que atende as necessidades
1658 dos cursos oferecidos.

1659

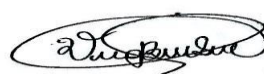
1660 **VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

1661 **DIAGNÓSTICO:**

1662 O trabalho docente tem passado por diversas mudanças em decorrência das reformas
1663 educacionais iniciadas na última década do século XX, trazendo implicações diretas para a
1664 educação escolar. Surgem novas atribuições para a escola e, conseqüentemente, para os
1665 professores, os quais são cada vez mais impelidos a adaptarem-se as constantes mudanças do
1666 mundo globalizado, recebendo cobranças tanto do Estado como da própria sociedade que vê
1667 na educação uma forma de seus membros conseguirem uma chance melhor na vida, o que tem
1668 contribuído para o processo de flexibilização e precarização do trabalho docente, pois a
1669 situação vivida pelos professores nos diversos níveis e modalidades de ensino passa por
1670 processos de modificação do seu trabalho haja vista que os mesmos passam a desempenhar
1671 um papel central no cumprimento das metas previstas.

1672 O trabalho do professor tem se expandido para além do campo pedagógico,
1673 maximizando o seu tempo de produção, sem o devido acompanhamento salarial, e tempo
1674 disponível para estudos individuais, participação em reuniões, etc. Os docentes vão
1675 incorporando ao seu trabalho novas funções e responsabilidades pela necessidade de
1676 responder às exigências dos órgãos do sistema, bem como da comunidade. Entretanto, não
1677 adianta estabelecer metas visando à melhoria do ensino básico, se não forem modificadas as
1678 condições de trabalho docente.

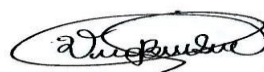
1679 Considerando-se o processo de mudanças por que vem passando o mundo de hoje,
1680 sujeito à força das mudanças advindas do avanço da ciência e da tecnologia, em que o
1681 conhecimento rapidamente se faz obsoleto, é imediato o entendimento de que a
1682 provisoriade se transforma em algo que ameaça e instiga uma permanente busca de
1683 renovação; isto exige, portanto, que o cidadão esteja constantemente revendo e reformulando
1684 seus saberes, sua forma de agir no mundo, e nesse sentido, a escola e o professor, passam a ter
1685 uma exponencial tarefa. Certamente o desafio de ensinar, ato cada vez mais complexo,
1686 esbarra nas mãos do professor, dando maior visibilidade ao fosso existente na formação o que,
1687 certamente, torna mais imperativa a necessidade do aumento de cursos de licenciaturas, da



1688 revisão das atuais licenciaturas, de novas licenciaturas e de programas de educação
1689 continuada para os que já se colocaram no ofício de ensinar. Este desafio não é pequeno para
1690 a dinâmica do trabalho docente, se, em especial, considerarmos o processo por que passaram
1691 (e ainda passam) os atuais professores da Educação Básica, em sua maioria oriundos de
1692 cursos, organizados de forma, para a qual concorre uma visão fragmentada e muitas vezes
1693 inadequada no que se refere à aplicação do método científico, da ciência e da tecnologia.

1694 A LDB dedica o Título VI, art. 61 a 67 para traçar as diretrizes para a formação dos
1695 profissionais da educação, pouco acrescentando ao que já se apontara anteriormente. Com as
1696 Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de
1697 Nível Superior, que defende a reversão do quadro da educação brasileira, com a ruptura do
1698 círculo vicioso "inadequação da formação do professor inadequação da formação do aluno...",
1699 reforça-se a exigência para cursos de formação que supram não só as deficiências resultantes
1700 do distanciamento entre o processo de formação docente e sua atuação profissional, mas
1701 também a necessidade de preparar um professor afinado com práticas pedagógicas voltadas
1702 para a construção do conhecimento de acordo com as exigências que se colocam no atual
1703 estágio do desenvolvimento da humanidade.

1704 No que tange a valorização da carreira dos profissionais da educação o poder
1705 executivo municipal criou em 2001 a Lei 62/2001 que dispunha sobre o Plano de cargos e
1706 salários dos profissionais da educação municipal. Por esta Lei ficava garantido o acréscimo do
1707 percentual de 25% ao salário do profissional da educação em decorrência da conclusão de
1708 uma nova habilitação. Garantia-se também o percentual de 2% por tempo de serviço a cada
1709 interstício de 3 anos. Mesmo o percentual de 25% entre a classe inicial e a classe de
1710 graduação sendo uma diferença muito a quem das praticadas em planos de carreiras de outros
1711 municípios, o poder executivo sempre ignorou esse direito dos servidores. Com a edição da
1712 Lei 11.738/2008 que cria o Piso Salarial Nacional e aponta para criação de Plano de Carreira
1713 para os profissionais da educação, o município criou em 2010 O Plano de Cargos Carreiras e
1714 Salários dos profissionais da Educação, Lei nº 229, sendo modificada pela Lei nº 237 e Lei nº
1715 258. Esta primeira valorizava de maneira bem mais significativa os profissionais da educação.
1716 Entre várias garantias de direito, Estabelecia promoções de classes na horizontal e nível na
1717 vertical, sendo um coeficiente de 1,5 para graduado e 1,7 para pós graduado, bem superior ao
1718 da Lei 62/2001. Garantia 1/3 da jornada de trabalho para hora /atividade, entre outras.
1719 Todavia, boa parte dessas garantias ficaram só no papel, e o governo municipal apresentava



1720 dificuldade em cumprir as elevações de classes, níveis e até mesmo pagar o Piso Salarial. Em
 1721 2012, foi alterado novamente o Plano de Carreira, desta vez mudando para 1,3 o coeficiente
 1722 entre a classe inicial e a Classe do graduado e para 1,4 a classe do Pós-Graduado, sob o
 1723 argumento de que só assim seria possível realizar as promoções de classe e progressão
 1724 funcional. Contudo, o reajuste salarial do período foi de 79,8% , para o nível inicial, 57,19%
 1725 de ganho real em apenas quatro anos, pois a inflação do período ficou em torno de 22,21%.
 1726 Atualmente o Plano de Carreira continua da maneira citada, não temos conhecimento de que
 1727 tem se realizado qualquer promoção de classe ou nível desde 2013, o executivo municipal
 1728 continua com dificuldade de pagar o Piso Salarial, praticando, até o momento Piso Salarial
 1729 muito inferior ao determinado pelo Governo Federal. Ao observar o reajuste salarial do
 1730 período de 2013 a 2015 chega-se a um percentual de 16,78%, bem a quem a inflação do
 1731 período que é de 19,15% e do reajuste do FUNDEB.

1732

1733 **44-) TABELA SALARIAL DE DESPESA COM PESSOAL- EVOLUÇÃO DO**
 1734 **PISO SALARIAL MUNICIPAL:**

Tabela salarial de valor do piso inicial do município										
Cargo/Função	Carga Horária	2008	2009	2010	2011	Carga Horária	2012	2013	2014	2015
Prof/magistério	40 h	-	660,45	732,50	959,00	30h	1.187,50	1.282,14	1.386,77	1.386,77
Prof/graduação	40 h	-	1.108,04	1.129,75	1.425,00	30h	1.543,75	1.666,78	1.802,80	1.802,80
Prof/Especialização	40 h	-	1.477,38	1.412,16	1.615,00	30h	1.662,50	1.795,00	1.941,47	1.941,47
Prof/Mestrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prof/Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio/auxiliar administ.	40 h	-	582,75	725,00	725,00	40 h	750,00	750,00	792,00	792,00
Apoio/vigia	40 h	-	537,43	537,43	540,00	40 h	622,00	678,00	764,54	788,00
Apoio/serviços gerais	40 h	-	537,43	537,43	540,00	40 h	622,00	678,00	764,54	788,00
Apoio/motorista	40 h	-	582,75	725,00	725,00	40 h	750,00	750,00	792,00	792,00
Outros(cargo na educação infantil)	40 h	-	537,43	537,43	725,00	40 h	1.543,75	1.666,78	1.802,80	1.802,80

1735

1736 **GESTÃO DEMOCRÁTICA**

1737 **DIAGNÓSTICO:**

1738 A Constituição Federal de 1988 estabelece no Artigo 206 que o ensino será
1739 ministrado com base nos seguintes princípios:

1740 VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

1741 A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, concordando
1742 com a Constituição Federal, também estabelece o seguinte:

1743 “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

1744 I – igualdade de acesso e permanência na escola;

1745 II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a
1746 arte e o saber;

1747 III – pluralismo de idéias e de concepção pedagógicas;

1748 IV – respeito à liberdade e apreço a tolerância;

1749 V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

1750 VI – gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;

1751 VII – valorização do profissional da educação escolar;

1752 VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos
1753 sistemas de ensino;

1754 A Lei 62/2001 criada pelo poder executivo municipal garantia a gestão democrática
1755 nas escolas municipais observando os critérios a serem definidos em Lei específica. O fato é
1756 que até o presente momento não existe Lei específica que estabelece as formas de gestão
1757 democrática no município de Rondolândia.

1758 Tampouco se observa o Art. 69, parágrafo 5º da LDB, quando diz, em paráfrase, que
1759 os recursos recebidos à conta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município deve
1760 ocorrer imediatamente ao órgão responsável pela educação, que em nosso caso é a Secretaria
1761 Municipal de Educação.

1762 Assim, podemos dizer que não há gestão plena na educação, o (a) secretário (a)
1763 municipal de educação não goza da prerrogativa de ordenar as despesas, isso fica a cargo do
1764 prefeito (a) municipal que centraliza os recursos da educação e determina em que deve ser
1765 investido.

1766 Como não há conselho municipal de educação a fiscalização e o controle social da
1767 aplicação dos recursos da educação ficam comprometida. Tem-se conhecimento de que existe

1768 no município o CACS-FUNDEB e o CAE, no entanto, pouco se sabe sobre a atuação efetiva
1769 desses órgãos.

1770 **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

1771 **DIAGNÓSTICO:**

1772 No Artigo 212 da constituição Federal de 1988 estabelece em relação à contrapartida
1773 financeira do município para a educação, deverá ser destinado no período de vigência do
1774 presente plano ou até nova determinação legal, o percentual mínimo de 25% da receita líquida
1775 do município, advinda de impostos, na manutenção e desenvolvimento da educação. De
1776 maneira complementar, conforme determinação legal, o salário-educação constituirá fonte
1777 adicional de financiamento da educação básica.

1778 Além destas fontes de recursos, o município disporá dos recursos do Fundo de
1779 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
1780 Educação – FUNDEB, conforme estabelece a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007.

1781 A qualidade da educação básica é um componente estratégico do ponto de vista
1782 social, econômico, político e cultural, tanto para o avanço do processo democrático e a
1783 garantia dos direitos humanos, quanto para a ampliação dos postos de trabalho, a redução dos
1784 níveis de pobreza e a melhoria da qualidade de vida. A educação básica e seu financiamento
1785 devem vir acompanhados da discussão sobre o Sistema Nacional de Educação, ressaltando a
1786 cooperação entre os entes federados e os de colaboração entre os sistemas de ensino, na
1787 direção de uma educação inclusiva, digna e de qualidade.

1788 Para compreender as fontes de receitas do município, se faz necessário conhecer a
1789 sua forma de ocupação. Dos mais de doze mil quilômetros quadrados, em torno de 47% deste
1790 território é ocupado pelas reservas indígenas dos povos Zoró e Suruí, de outro lado, quase
1791 nesta mesma proporção predomina as grandes fazendas de gado. Um percentual pequeno
1792 corresponde a pequenas propriedades rurais, com predominância da agropecuária. As
1793 atividades do segundo setor são praticamente inexistentes, dessa forma, o município vive
1794 basicamente do FPM e do ICMS.

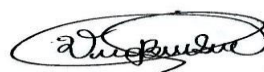
1795

1796

1797

1798

1799



1800

FINANCIAMENTO:

1801

RECEITAS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO:

1802

Ano	FUNDEB	Salário Educação	PAR	PNATE	PNAE	PDDE	Transporte Esc./Est.	RECURSOS do MUNICÍPIO	Total
2010	1.630.949,94	80.361,62					94.097,48		
2011	1.418.729,90	75.410,82							
2012	1.364.639,57	78.276,00							
2013	1.441.976,77	88.239,17	-	76.131,92	44.128,00	6.000,00	258.220,24		
2014	1.585.026,93	98.734,26	349.138,27	64.124,88	58.104,00		209.220,68		

1803

1804 **RECURSOS APLICADOS NA MELHORIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO:**

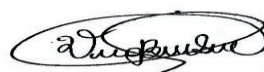
1805

Ano	Despesas com educação		Educação Infantil (1)	Ensino Fundamental (2)	Outros (3)	Total(1+2+3)
2010	3.809.359,87	35,59	276.582,22	3.465.534,63	67.243,02	3.809.359,87
2011	3.446.881,56	32,00	1.556.410,44	1.588.100,93	302.370,19	3.446.881,59
2012	4.150.494,03	34,51	1.622.248,46	2.358.245,57	170.000,00	4.150.494,03
2013	3.706.380,51	34,27	1.048.762,91	2.518.319,10	139.298,50	3.706.380,51
2014	4.472.206,50	32,91	567.113,83	3.664.652,50	142.650,00	4.472.206,50

1806

1807 **RECURSOS APLICADOS COM PESSOAL:**

Ano	Despesas com pagamento de professores (1)	%	Despesas com pagamento de equipe de apoio (técnicos, apoio, vigias, motoristas, etc) (2)	%	Encargos (3)	Total (1+2+3)
2010	516.866,41		441.014,55		191.761,92	1.149.642,88
2011	693.861,39		529.130,06		244.598,29	1.467.589,74
2012	794.536,62		537.045,35		266.316,40	1.597.898,37




2013	875.955,47		596.987,47		304.536,59	1.777.479,53
2014	1.004.331,79		568.796,12		343.767,83	1.916.895,74

1808

1809 **IV – METAS E ESTRATÉGIAS**

1810 **EDUCAÇÃO INFANTIL**

1811 **META 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças
1812 de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de
1813 forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até
1814 2020, iniciando o atendimento de crianças de 0 a 2 anos no ano seguinte a aprovação do
1815 plano.

1816

1817 **ESTRATÉGIAS:**

1818 1 - Construir até o ano de 2018, em regime de colaboração com a União, centros de
1819 Educação Infantil, segundo o padrão nacional de qualidade, a partir de recursos provenientes
1820 do Proinfância e/ou outros recursos disponíveis, que visem a expansão e melhoria do
1821 atendimento à população infantil de 0 a 5 anos;

1822 2 - Criar um banco de dados nos três primeiros meses após a aprovação do plano, das
1823 crianças em idade correspondente a educação infantil que estão fora da escola, utilizando os
1824 dados do censo educacional e formando parceria com órgãos públicos de assistência social,
1825 saúde e proteção à infância;

1826 3- Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil,
1827 por bairros, linhas e distritos, de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar
1828 a demanda e ampliar a oferta de educação infantil, preservando o direito de opção da família
1829 em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1830 4- Manter e ampliar em regime de colaboração, respeitadas as normas de
1831 acessibilidade, conforme lei nº 1098/2000 o programa nacional de construção e reestruturação
1832 de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede
1833 física de escolas públicas de educação infantil;

1834 5 - Utilizar o sistema de avaliação proposto no PNE para educação infantil, a ser
1835 realizada a cada 2 (dois) anos com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir
1836 a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a
1837 situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1838 6 - Preservar as especificidades da educação infantil na organização do atendimento,
1839 garantindo o ingresso da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que
1840 atendam os parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte,
1841 visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1842 7 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das
1843 crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de
1844 renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e
1845 proteção à infância;

1846 8 - Estabelecer parcerias com as Secretarias de: Educação, Saúde, Bem Estar Social,
1847 Ambiental, Cultura, Ação Social e Conselho Tutelar, para o pleno atendimento das
1848 necessidades das crianças de zero a cinco anos;

1849 9 - Incentivar a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação
1850 infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação
1851 superior;

1852 10 - Elaborar e implementar a Projeto Político Pedagógico da escola de Educação
1853 Infantil com a participação da comunidade escolar observando os seguintes fundamentos
1854 norteadores:

1855 a) Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito
1856 ao bem comum;

1857 b) Princípios políticos dos direitos, deveres, cidadania, do exercício da criticidade e
1858 do respeito à ordem democrática;

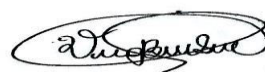
1859 c) Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da
1860 diversidade de manifestações artísticas e culturais;

1861 d) Princípios da inclusão, direitos humanos e diversidade;

1862 e) Princípios da Educação Ambiental, da preservação e de sustentabilidade;

1863 11- Garantir a alimentação escolar adequada para as crianças atendidas na Educação
1864 Infantil, nos estabelecimentos públicos, através da colaboração financeira da União e do
1865 Estado;

1866 12- Garantir que o regime de funcionamento das instituições de educação infantil
1867 atenda às necessidades da comunidade, respeitando as particularidades do PPP e do
1868 Regimento Escolar da unidade de ensino;



1869 13- Aderir programas junto a união e estado, que venham melhorar a qualidade de
1870 ensino e divulgar as experiências bem sucedidas na educação infantil;

1871 14- Garantir ações complementares socioeducativas de apoio às famílias de crianças
1872 de zero a cinco anos, tais como: palestras sobre desenvolvimento infantil, oficinas
1873 pedagógicas, relevância da educação infantil, promovendo a interlocução entre escola e
1874 comunidade escolar;

1875 15- Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento
1876 educacional especializado complementar aos(as) alunos(as) da pré escola com deficiência,
1877 transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a
1878 educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa
1879 da educação básica;

1880 16- Buscar, em parceria com a área de saúde, a aplicação de testes de acuidade visual
1881 e auditiva nas instituições de educação infantil;

1882 17 - Assegurar a gestão democrática nas unidades de educação infantil pública,
1883 garantindo a escolha de diretores/ coordenadores e CDCE;

1884 18 - Implantar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infraestrutura para o
1885 funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré – escolas)
1886 públicas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das
1887 características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto:

1888 a) Espaço interno, com iluminação natural e artificial, ventilação, climatização para
1889 visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável e esgotamento sanitário;

1890 b) Instalações sanitárias a higiene pessoal das crianças;

1891 c) Instalações para preparo e ou serviços de alimentação;

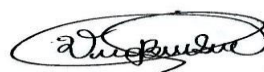
1892 d) Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as
1893 diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo repouso, a expressão
1894 livre, o movimento e o brinquedo;

1895 e) Mobiliários, equipamentos de informática com internet e materiais pedagógicos;

1896 f) Adequação às características das crianças especiais;

1897 g) Área de lazer com espaços externos ensolarados e cobertos para realização de
1898 atividades lúdicas, recreação e propostas didáticas;

1899 h) Refeitório com lugares adequados para realizar as refeições.



1900 19 - Assegurar que a partir da aprovação deste plano (PME), somente autorizar
1901 construção de instituições de educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos
1902 requisitos de infra-estrutura definidos no item anterior;

1903 20 - Garantir que a partir da vigência do plano, os dirigentes de instituições de
1904 educação infantil possuam formação em nível superior;

1905 21 - Assegurar que partir do primeiro ano de vigência do PME todos os professores
1906 tenham habilitação específica de nível superior em pedagogia ou pós-graduação em área
1907 específica;

1908 22 - Assegurar que a partir da vigência deste plano, somente admitir novos
1909 profissionais do magistério na educação infantil que possuam a titulação mínima em nível
1910 superior, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em cursos específicos
1911 de pedagogia;

1912 23 - Garantir progressivamente a partir de 2018, o atendimento em tempo integral
1913 para as crianças de 0 a 5 anos;

1914 24 - Assegurar que os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino
1915 não vinculado ao FUNDEB sejam aplicados prioritariamente na educação infantil;

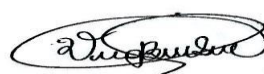
1916 25 - Assegurar que do valor total dos 10% citados no item anterior seja 4% em per
1917 capita/aluno e repassado mensalmente em conta específica da unidade escolar para a
1918 manutenção desta modalidade de ensino;

1919 26 - Buscar parceiras junto a UNEMAT e ou UFMT para oferecer cursos de pós-
1920 graduação na área de educação infantil;

1921 27 - Garantir que cada sala de atividades da Educação Infantil, tanto na zona urbana
1922 quanto no campo, se configure em um espaço privilegiado para as brincadeiras e as
1923 interações;

1924 28- Ofertar brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e
1925 socioculturais das comunidades, de onde são provenientes, sejam residentes no espaço urbano
1926 ou no campo;

1927 29 - Incentivar e articular a participação das famílias no processo educativo de suas
1928 crianças por meio de ações direcionadas e específicas em cada instituição, respeitando as
1929 peculiaridades culturais, produzindo trocas de saberes, sobretudo dos processos de educação,
1930 valores éticos e culturais, necessidades e expectativas de aprendizagens das crianças;



1931 30 - Criar, no âmbito do município, um fórum de Educação Infantil que vise o debate
1932 sobre as especificidades e demandas da etapa bem como das políticas públicas sociais e
1933 programas setoriais para a primeira infância;

1934 31- Promover a formação continuada e oficinas para os/as profissionais que atuam na
1935 Educação Infantil, incentivando a pesquisa da própria prática como meio de garantir uma ação
1936 pedagógica mais reflexiva;

1937 32-Promover formação continuada e oficinas em serviço aos demais trabalhadores/as
1938 que atuam na Educação Infantil, desde as equipes de apoio, manutenção e alimentação até às
1939 equipes administrativas, fortalecendo o reconhecimento de que suas atividades contribuem
1940 substancialmente para a qualidade do atendimento às crianças;

1941 33 - Articular, junto aos órgãos competentes, a melhoria dos acessos às escolas do
1942 campo que oferecem Educação Infantil, no prazo de vigência deste Plano, atividades
1943 pedagógicas voltadas para questões específicas do campo.

1944

1945 **ENSINO FUNDAMENTAL**

1946 **META 2-** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a
1947 população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir condições que 100% (cem por cento) dos
1948 alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

1949

1950 **ESTRATÉGIAS:**

1951 1 - Realizar anualmente, em parceria com o estado e comunidade, o mapeamento da
1952 população escolarizável em idade escolar obrigatória que se encontra fora da escola, por
1953 residência e local de trabalho dos pais;

1954 2 - Erradicar a distorção idade/ano, com qualidade na aprendizagem, até final do ano
1955 de 2017;

1956 3 - Erradicar a repetência e a evasão no ensino fundamental, primando pela qualidade
1957 da Educação;

1958 4 - Atender a demanda de transporte escolar para alunos oriundos da zona rural em
1959 regime de colaboração entre União, Estado e Município, priorizando a manutenção das
1960 estradas/rotas escolares;

1961 5 - Observar os princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento
1962 Nacional de Trânsito, e ainda manter a presença de um monitor por veículo para intensificar
1963 junto ao motorista o cuidado com o alunato usuário;

1964 6 - Buscar ativamente crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos
1965 públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

1966 7 - Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a
1967 organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário,
1968 considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo;

1969 8 - Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho
1970 pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a
1971 identidade cultural e as condições climáticas da região;

1972 9 - Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de
1973 garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição do alunato dentro e fora
1974 dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão
1975 cultural;

1976 10 - Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das
1977 atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as
1978 famílias;

1979 11- Priorizar a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as
1980 populações do campo, nas próprias comunidades;

1981 12 - Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas
1982 escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de
1983 desenvolvimento esportivo também no âmbito estadual e nacional;

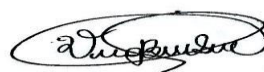
1984 13 - Adequar o espaço da biblioteca; atualizando e ampliando o acervo incluindo
1985 material de apoio ao professor e aos alunos.

1986

1987 **META 3-** Alfabetizar e letrar todas as crianças, no máximo, até o final do
1988 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

1989 **ESTRATÉGIAS:**

1990 1 - Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização e letramento, nos anos
1991 iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola,



1992 com qualificação e valorização do corpo docente alfabetizador e com apoio pedagógico
1993 específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

1994 2 - Acompanhar os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para
1995 aferir a alfabetização e letramento das crianças, aplicados a cada ano, bem como criar os
1996 respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas
1997 para alfabetizar o alunato até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

1998 3 - Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de
1999 crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como, o
2000 acompanhamento dos resultados nas redes de ensino em que forem aplicadas, devendo ser
2001 disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

2002 4 - Prover meios para o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas
2003 pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo
2004 escolar e a aprendizagem do alunado, consideradas as diversas abordagens metodológicas e
2005 sua efetividade;

2006 5 - Apoiar a alfabetização de crianças do campo com a produção de materiais
2007 didáticos específicos;

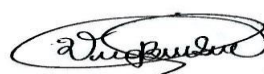
2008 6 - Promover e estimular a formação inicial e continuada dos profissionais da
2009 educação para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias
2010 educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de
2011 pós-graduação e ações de formação continuada dos envolvidos na alfabetização;

2012 7 - Capacitar profissionais para a alfabetização das pessoas com deficiência,
2013 considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue (Libras) de pessoas
2014 surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

2015 8 - Assegurar o número de aluno por turma em sala de acordo com a Legislação
2016 vigente, garantindo o profissional auxiliar para as turmas onde houver PNE (Portador de
2017 Necessidades Educacionais Especiais);

2018 9 - Criar mecanismos para que a legislação referente à estrutura necessária para o
2019 funcionamento adequado da escola organizada por ciclos de formação humana seja respeitada
2020 e aplicada, no que diz respeito à necessidade de recursos humanos, espaços físicos adequados
2021 e valorização profissional do alfabetizador, observando a legislação vigente;

2022 10 - Garantir critérios de seleção específicos para os professores alfabetizadores e
2023 menor rotatividade de profissionais nessas fases de ensino;



2024 11 - Garantir instrumentos de avaliação municipais que possam diagnosticar o nível
2025 de conhecimento dos alunos do I ciclo, e capacitações para os professores a partir das
2026 necessidades apontadas por estas avaliações e implementar estratégias que estreite a relação
2027 de família e escola.

2028

2029 **ENSINO MÉDIO**

2030 **META 04-** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de
2031 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, para até o final do período de vigência deste PME,
2032 a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

2033

2034 **ESTRATÉGIAS:**

2035 1- Assegurar, a definição de uma política para o Ensino Médio com base nas
2036 diretrizes nacionais;

2037 2- Estimular a participação dos profissionais da educação em exercício da função a
2038 realizar pesquisas e inovações pedagógicas que contribuam para a sua auto valorização;

2039 3- Estabelecer parcerias com o estado, que visem melhorar o índice de
2040 aproveitamento dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de
2041 desempenho definidos e avaliados pelo sistema Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outros
2042 indicadores de avaliação que venham a ser implantados no Estado;

2043 4- Buscar em parceria com o Estado, sempre que necessário adequar a infraestrutura
2044 do ambiente escolar, como:

2045 a) Iluminação, ventilação cruzada, climatização, iluminação solar adequada dos
2046 prédios escolares;

2047 b) Instalações sanitárias e condições para manutenção da higiene;

2048 c) Disponibilizar espaço para esporte e recreação;

2049 d) Adequar o espaço da biblioteca;

2050 e) Adaptação para atendimento dos alunos com necessidades especiais;

2051 f) Garantir equipamentos de multimídia para o ensino;

2052 g) Atualização e ampliação do acervo da biblioteca, incluindo material de apoio ao
2053 professor e aos alunos;

2054 5- Buscar junto ao Estado a revisão da organização didática pedagógica e
2055 administrativa do ensino noturno, de forma a adequá-lo às necessidades do aluno trabalhador,
2056 sem prejuízo da qualidade do ensino;

2057 6 - Reduzir, em 50% ao ano, a repetência e a evasão, nas escolas públicas mediante
2058 estudo das causas de reprovação e abandono dos estudos adotando medidas corretivas que
2059 elevem a qualidade e eficácia do ensino-aprendizado;

2060 7- Adotar juntamente com o Estado medidas para ampliar a oferta diurna e manter a
2061 oferta noturna, suficiente para garantir o atendimento dos alunos que trabalhem;

2062 8- Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e
2063 exercício da cidadania;

2064 9- Desenvolver em regime de colaboração com o Estado programa de educação
2065 ambiental, buscando práticas educativas integradas, contínuas e permanentes.

2066

2067 **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

2068 **META 5** - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou
2069 mais para 70% (setenta por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o
2070 analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo
2071 funcional.

2072

2073 **ESTRATÉGIAS:**

2074 1- Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não
2075 tiveram acesso à educação básica na idade própria, com ação conjunta entre União, Estado e
2076 Município;

2077 2 - Articular as ações educativas de jovens e adultos com as políticas culturais, de
2078 sorte que sua clientela seja beneficiária de ações que permitam ampliar seus horizontes
2079 culturais;

2080 3 - Estimular a criação de associações no combate ao analfabetismo, tendo a
2081 participação de gestores escolares, sindicatos, igrejas, organizações não governamentais e
2082 outros;

2083 4 - Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de
2084 alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da
2085 aprendizagem;

2086 5 - Realizar anualmente, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização
2087 de jovens e adultos, que constituam referências para erradicação do analfabetismo;

2088 6 - Estabelecer programas para alfabetizar de acordo com o tempo oportuno dos
2089 letrandos, com profissional qualificado a disposição a qualquer horário do dia, conforme
2090 demanda;

2091 7 - Promover chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos e
2092 avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de
2093 analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade;

2094 8 - Articular com a área da saúde atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito
2095 de óculos para estudantes da educação de jovens e adultos;

2096 9 - Assegurar o transporte escolar de qualidade a todos os alunos da EJA, após a
2097 aprovação deste PME;

2098 10 - Implantar e implementar laboratórios de informática a todas as escolas que
2099 atendem a EJA, renovando e fazendo manutenção periódica dos equipamentos para o
2100 atendimento dos alunos desta modalidade;

2101 11- Proporcionar materiais didático-pedagógicos adequados aos alunos e professores;

2102 12 - Garantir imediatamente a oferta de merenda escolar a 100% dos alunos de EJA;

2103 13 - Elaborar, a partir da aprovação do Plano, proposta curricular orientadora para a
2104 EJA subsidiando os Projetos Político Pedagógicos das escolas públicas;

2105 14 - Proporcionar imediatamente após a aprovação deste plano, o atendimento das
2106 especificidades da modalidade de EJA em cursos e formação continuada de professores;

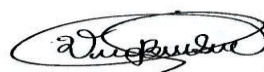
2107 15 - Garantir a participação contínua do Fórum de Debates de EJA, buscando o
2108 continuo aperfeiçoamento dos programas público oferecido e nas discussões e diretrizes para
2109 a Educação de Jovens e Adultos, bem como nos processos de avaliação e acompanhamento do
2110 cumprimento desta meta;

2111 16- Disponibilizar um espaço adequado e monitor para atender os filhos dos
2112 estudantes de EJA.

2113

2114 **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

2115 **META 6** - Expandir o atendimento das salas de recurso multifuncional, aos
2116 estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou
2117 superdotação, atendendo a 100% (cem por cento) da demanda até 2016.



2118 **ESTRATÉGIAS:**

2119 1- Estabelecer parcerias Estado/municípios para a realização de mapeamento e busca
2120 ativa de pessoas com deficiência fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social
2121 e saúde, por residência ou local de trabalho;

2122 2 - Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de
2123 deficiências, além de incluir os profissionais da educação que tenham algum tipo de
2124 necessidade especial;

2125 3- Garantir salas de recursos nas escolas da rede pública de educação básica sempre
2126 que se fizer pertinente ou necessário;

2127 4- Ampliar e fortalecer o atendimento individualizado aos estudantes que tenham
2128 impedimento comprovado por meio de laudo médico;

2129 5- Atender a demanda pelos serviços e apoios especializados como complementação
2130 do processo de escolarização;

2131 6- Expandir o atendimento às pessoas com surdez, garantindo intérprete de Língua
2132 Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes surdos nas salas regulares, investindo na
2133 formação de recursos humanos, em parcerias com as IES públicas e organizações não
2134 governamentais;

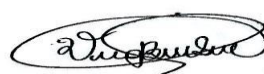
2135 7 – Garantir o ensino de Libras a todos os estudantes e profissionais da educação da
2136 rede Pública do Município de Rondolândia;

2137 8- Fortalecer e ampliar transporte adaptado para estudantes com necessidades
2138 especiais das escolas urbanas e do campo;

2139 9 - Capacitar os profissionais da educação das unidades escolares, para que se
2140 assegure, na proposta pedagógica, a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais
2141 especiais;

2142 10 - Disponibilizar livros de literatura e didáticos em Braille, falados e em caracteres
2143 ampliados, às escolas que têm estudantes cegos e de baixa visão, bem como livros adaptados
2144 para alunos com deficiência física, por intermédio de parcerias com instituições de assistência
2145 social, cultura e organizações não governamentais, União, Estado e municípios;

2146 11 - Estabelecer parcerias com a área de saúde e assistência social do Estado e
2147 Município, previdência e outras instituições civis afins, para aplicar testes de acuidade visual,
2148 auditiva e demais exames especializados nos estudantes das instituições de educação básica;



2149 12 - Implantar, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social,
2150 programas de orientação e acompanhamento às famílias dos estudantes com necessidades
2151 educacionais especiais;

2152 13- Apoiar ações e programas de inclusão digital às pessoas com necessidades
2153 educacionais especiais;

2154 14- Oferecer qualificação profissional por pólo aos estudantes com deficiências,
2155 transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, considerando as
2156 demandas locais e visando sua colocação e permanência no mercado de trabalho, em parceria
2157 com organizações governamentais e não governamentais;

2158 15- Disponibilizar monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas
2159 atividades de higienização, alimentação e locomoção entre outras, que exijam auxílio
2160 constante no cotidiano escolar;

2161 16- Ofertar treinamentos esportivos aos estudantes com deficiências em parceria com
2162 as demais Secretarias.

2163

2164 **EDUCAÇÃO INDÍGENA**

2165 **META 07** – Garantir o acesso e permanência a 100% da população indígena, em
2166 idade adequada, à educação escolar indígena, com qualidade até o final da vigência deste
2167 plano.

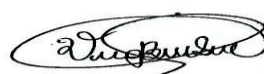
2168

2169 **ESTRATÉGIAS:**

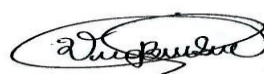
2170 1 - Garantir imediata efetivação do direito dos povos indígenas à educação escolar
2171 intercultural de qualidade por meio da formação inicial e continuada de professores,
2172 considerando a multiculturalidade e questões sociolinguísticas, bem como mecanismo para
2173 assegurar a aplicação do Projeto Político Pedagógico de acordo com as especificidades de
2174 cada povo;

2175 2- Contribuir para os projetos societários e identitárias dos povos indígenas
2176 apoiando programas específicos de formação inicial e continuada de professores
2177 indígenas para o magistério intercultural;

2178 3- Adequação imediata dos sistemas de informatização da SEDUC GED de acordo
2179 com a especificidade do PPP de cada povo. Garantindo assessoria e orientação técnica para
2180 adequação e inserção das informações ao sistema;



- 2181 4-Incentivar o tratamento da temática da sustentabilidade socioambiental e cultural
2182 nas propostas político-pedagógicas de formação de professores indígenas;
- 2183 5- Propiciar até o ano de 2020, a qualidade e a autonomia pedagógica da escola
2184 indígena por meio da formação de professores indígenas;
- 2185 6- Fomentar a partir do ano de 2016 até o final de 2020, a produção de materiais
2186 didáticos, a partir das realidades socioculturais e sociolinguísticas e com a participação das
2187 comunidades, nos cursos de formação para o magistério intercultural e de licenciatura de
2188 Educação Básica intercultural;
- 2189 7- Apoiar pedagógica, técnica e financeiramente a partir da vigência do Plano
2190 Municipal de Educação, a criação de programas específicos de formação inicial e continuada
2191 de professores indígenas para o magistério intercultural;
- 2192 8- Promover a afirmação das identidades étnicas, a recuperação da memória histórica
2193 e a valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas por meio da produção,
2194 distribuição e difusão de materiais didáticos e paradidáticos específicos aos contextos
2195 indígenas, considerando as questões linguísticas e culturais;
- 2196 9- Fomentar a produção e distribuição de materiais específicos de autoria dos
2197 professores indígenas com a participação de suas comunidades e com assessoria
2198 especializada;
- 2199 10- Disponibilizar progressivamente a partir do ano de 2017, materiais didático-
2200 pedagógicos bilíngues de acordo com o contexto sociocultural e sociolinguístico de cada povo
2201 indígena;
- 2202 11- Contribuir para as políticas voltadas para o livro didático aportando às
2203 especificidades pedagógicas e socioculturais da educação escolar intercultural indígena;
- 2204 12- Articular junto ao MEC e SEDUC/MT nos dois primeiros anos de vigência deste
2205 plano, condições para os professores e estudantes indígenas construam seus próprios materiais
2206 didáticos e paradidáticos e possam publicá-los junto a outras obras, em diversos suportes
2207 comunicativos e em diferentes linguagens e áreas de conhecimento, assegurando a autoria
2208 indígena dessas obras;
- 2209 13- Criar até o final do ano de 2017, a SEMEC em parceria com os Conselhos
2210 Escolares, Organizações Indígenas, SEDUC e MEC, condições técnicas e financeiras para
2211 realização de oficinas, seminários, intercâmbios que tenham como produto a construção e
2212 produção de matérias didáticos, paradidáticos e obras de autoria indígena, nas Línguas



2213 Indígenas e Portuguesa para distribuição e utilização nas escolas indígenas do município de
2214 Rondolândia de acordo com a especificidade linguística de cada povo;

2215 14- Consolidar e implementar nos três primeiros anos deste plano a oferta do Ensino
2216 Médio intercultural nas escolas indígenas a partir dos princípios da educação diferenciada
2217 como direito educacional dos povos indígenas, com as seguintes estratégias:

2218 a) Mobilizar o sistema estadual de ensino para a implantação de escolas de
2219 Ensino Médio nas comunidades indígenas integrado à educação profissional ou técnica;

2220 b) Promover ações direcionadas para a criação de cursos de licenciaturas
2221 interculturais para a formação de professores indígenas para docência no Ensino Médio, bem
2222 como cursos nas áreas de saúde e gestão territorial e ambiental indígena;

2223 15- Garantir o cumprimento permanente da qualidade da educação básica
2224 intercultural indígena por meio da construção reforma e/ou ampliação e aquisição de
2225 equipamentos para as unidades escolares localizadas em terras indígenas, focado nos
2226 seguintes objetivos:

2227 a) Executar ações de construção, ampliação, reforma e aquisição de
2228 equipamentos para as escolas indígenas;

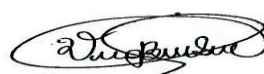
2229 b) Estruturar a rede das escolas indígenas levando em consideração as
2230 concepções de edificação, ocupação espacial e condições socioambientais próprias de cada
2231 povo indígena;

2232 c) Assessorar tecnicamente a Secretaria de Educação para garantir a
2233 participação das comunidades na definição dos padrões arquitetônicos adequados às suas
2234 realidades socioculturais e ambientais;

2235 d) Fomentar a flexibilização das estruturas destinadas a prédios escolares de
2236 modo a atender as especificidades culturais e ecológicas de cada povo indígena;

2237 e) Assegurar condições de reforma das escolas e adequações de seus espaços
2238 de acordo com as demandas locais a cada 02 anos a partir do segundo ano deste plano;

2239 16- Criar escolas pólos nas comunidades indígenas após apontamento de estudo e
2240 consulta prévia, devendo ser implantada em até três anos de vigência do plano, contendo
2241 estruturas adequadas às peculiaridades indígenas: laboratórios de informática, salas de aula,
2242 sala para professores, secretarias, biblioteca, almoxarifados, cozinha, refeitório, sala de vídeo,
2243 quadra poliesportiva;



2244 17- Instalar energia elétrica em todas as escolas indígenas do município até 2017
2245 através de articulação com o MEC, SEDUC, Eletrobrás/Programa Luz Para Todos ou por
2246 meio de recursos próprios e ou de parcerias;

2247 18- Assegurar a autonomia das escolas indígenas, provendo as de assessoria
2248 especializada, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos
2249 financeiros públicos para manutenção do cotidiano escolar. Assim garantir a plena
2250 participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola;

2251 19- Recorrer às linhas de financiamentos existentes no Ministério da Educação para
2252 implementação de programas de Educação Escolar Indígena;

2253 20- Promover anualmente seminários como meio de combater o desconhecimento, a
2254 intolerância e o preconceito em relação às sociedades indígenas e, também, para a formação
2255 dos profissionais não índios que atuam direta ou indiretamente com as sociedades indígenas;

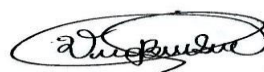
2256 21- Viabilizar, no prazo de três anos recursos financeiros e humanos para a criação
2257 de um Centro de Formação Indígena com características pautadas na arquitetura indígena,
2258 para a exposição de trabalhos étnicos, oficinas, cursos de formação, seminários, reuniões,
2259 fóruns, assegurando a manutenção e viabilização da cultura indígena e formação profissional
2260 indígena, proporcionando auto sustentabilidade às comunidades;

2261 22- Garantir em um ano a implantação de um programa de formação continuada e
2262 em serviços para professores das aldeias escolas em todas as áreas do conhecimento, e para os
2263 professores da rede municipal a formação no âmbito da 1ª fase do ensino fundamental;

2264 23- Garantir condições e meios para os acessos dos alunos e comunidade educativa
2265 até as escolas, permitindo condições de tráfego de veículos dentro das terras indígenas, bem
2266 como veículos adequados às demandas do transporte escolar e de logística da gestão;

2267 24- Assegurar recursos financeiros para a aquisição e instalação no prazo máximo de
2268 dois anos, de duas balsas no rio Branco (travessia das aldeias: Anguj Tapua e Imbupeaxurej),
2269 a fim de garantir melhores condições de acesso dos alunos e da comunidade educativa às
2270 escolas;

2271 25- Articular e assegurar imediatamente entre os entes federativos meios para
2272 manutenção de pontes, estradas e bueiros dentro das Terras Indígenas, a fim de assegurar o
2273 direito de acesso dos alunos e professores às escolas;



2274 26- Garantir até o final do segundo ano de vigência deste plano a aquisição de mais
2275 três ônibus escolar para as escolas Zoró: Linha aldeia Pandarawej, Linha do Caneco, aldeia
2276 Apoena Meirelles/aldeias remanescentes da etnia Suruí;

2277 27- Garantir por meio de parceria com o MEC, SEDUC e SEMEC, aquisição de
2278 veículo, e ou frete, locação de veículos para transporte de professores e profissionais que
2279 atuam nas escolas indígenas, bem como para transporte de insumos necessários ao
2280 funcionamento e manutenção das escolas, tais como: combustíveis, merenda e material
2281 escolar, livros didáticos, equipamentos;

2282 28- Providenciar para que no primeiro ano de execução deste plano, seja criada em
2283 nível dos Poderes Executivo Municipal e Estadual Lei Especifica e ou Complementar,
2284 visando diretrizes para efetivação dos profissionais da educação escolar indígena, instituindo
2285 o Quadro do Magistério Público Indígena do Município de Rondolândia e do Estado de Mato
2286 Grosso e, integrado pelas carreiras de Professor Indígena, bem como o cargo de Técnico
2287 Administrativo Educacional Nível 1 e Técnico Administrativo Educacional Nível 3, para
2288 exercício no âmbito da educação escolar indígena, composto de atribuições inerentes às
2289 atividades administrativas, de manutenção, de infra-estrutura, de transporte, de preparo da
2290 alimentação escolar, de recursos didáticos, pedagógicas, de nutrição e outras afins. Com suas
2291 respectivas disposições em artigos específicos da pretendida Lei;

2292 29- Identificar os profissionais indígenas atuantes na educação escolar indígena para
2293 instituí-los no Plano de Cargo, Carreira e Salario no âmbito dos Poderes Executivos:
2294 Municipal e Estadual;

2295 30- Implantar até o final do ano de 2019 laboratórios de informática munidos de
2296 computadores e internet, com regular manutenção;

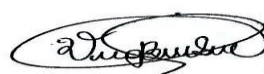
2297 31- Criar estruturas de secretarias nas escolas, munidas de equipamentos e
2298 mobiliários necessários e quadro de técnicos administrativos educacionais;

2299 32- Institucionalizar o departamento de educação escolar indígena munido de equipe
2300 multiprofissional específica para atuar na assessoria, acompanhamento e orientação das
2301 escolas indígenas, assegurando a participação indígena na formação da equipe;

2302 33- Garantir a regularidade do envio de merendas e materiais didáticos pedagógicos
2303 para as escolas.

2304

2305



2306
2307
2308
2309
2310
2311
2312
2313
2314
2315
2316
2317
2318
2319
2320
2321
2322
2323
2324
2325
2326
2327
2328
2329
2330
2331
2332
2333
2334
2335
2336
2337

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 8 - Apoiar a oferta do Ensino superior, incentivando a criação de cursos em diversas modalidades e turnos diferenciados.

ESTRATÉGIAS:

1- Estabelecer cooperações com as diversas instituições de ensino superior, sempre que necessário, para fomentar curso de graduação e formação continuada em nível de especialização, mestrado e doutorado, de acordo com as demandas emergentes nos diversos setores da sociedade;

2- Articular junto a SEDUC, UFMT, UNEMAT e MEC, Habilitação e Formação Continuada para os Educadores Indígenas;

3- Estabelecer parcerias para a criação de núcleo ou pólo de Universidades Estaduais e federais no município;

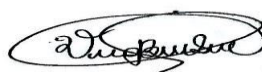
4- Articular, durante a vigência deste Plano, com SEDUC, UFMT, UNEMAT, UAB e com a sociedade civil organizada, a fim de estabelecer uma política de ampliação de vagas, visando atender o maior número possível de alunos no município;

5- Articular, durante o primeiro ano de vigência deste Plano, junto aos órgãos competentes, para que ocorra uma diversificação na oferta de cursos de formação em licenciaturas, e que os mesmos estejam de acordo com a demanda e as necessidades educacionais do município;

6 - Apoiar, durante a vigência deste Plano, de forma intensiva, a criação e consolidação de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) como forma de qualificar os profissionais da região e promover a formação continuada em suas respectivas áreas;

7- Apoiar, durante a vigência deste Plano, a permanência das pessoas com necessidades especiais nos cursos de educação superior;

8- Apoiar, durante a vigência deste Plano, a realização de congressos, fóruns, simpósios, conferências e outros eventos.



2338 **VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

2339 **META 9-** Valorizar a carreira dos (as) profissionais da Educação da rede pública
2340 municipal.

2341

2342 **ESTRATÉGIAS:**

2343 1- Atualizar, no prazo de 4 (quatro) meses, após a data de aprovação deste Plano
2344 Municipal de Educação, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da
2345 Educação;

2346 2- Realizar, imediatamente após as promoções de classes e progressões funcionais de
2347 cada servidor, conforme direito adquirido e o estabelecido no Plano de Carreira;

2348 3- Conceder Licença Prêmio por Assiduidade aos profissionais da educação,
2349 conforme direito adquirido, logo no mês subsequente, respeitando os percentuais previstos em
2350 Lei;

2351 4- Garantir Licença Remunerada para os profissionais do magistério em cursos de
2352 pós-graduação, desde que compatíveis com sua área de atuação;

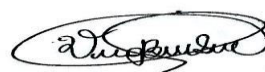
2353 5- Promover o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional;

2354 6- Constituir, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, até o final do
2355 primeiro ano de vigência, fórum permanente, com representação do Estado e do Sindicato dos
2356 trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do Piso
2357 Salarial Nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica;

2358 7- Equiparar a remuneração do profissional do magistério municipal a do profissional
2359 do magistério da rede estadual de Mato Grosso em um período máximo de três anos, para isso
2360 33,33% da diferença entre as remunerações, deverá ser acrescido aos vencimentos do
2361 profissional do magistério municipal no primeiro ano após a aprovação do Plano, 33,33% no
2362 segundo ano e 33,33% no terceiro ano;

2363 8- Contabilizar como hora trabalhada a participação em cursos de formação
2364 continuada, palestras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, entre outras formações de
2365 cunho educacional e as horas itíneres;

2366 9- Permitir, quando necessário, a realização da horas/atividades no Centro de
2367 Formação em Serviço dos profissionais da educação da Rede Pública de Ensino;



2368 10- Lotar os profissionais da educação de maneira que cada um possa exercer suas
2369 atividades, no que se refere ao trabalho efetivo com alunos, em um único Estabelecimento
2370 escolar;

2371 11- Garantir o deslocamento dos profissionais que trabalham nas escolas rurais e
2372 indígenas em veículos que oferecem padrões mínimos de qualidades;

2373 12- Garantir a alimentação do profissional da educação no ambiente de trabalho, caso
2374 não lhes seja oferecida condição de realizar refeições em sua residência;

2375 13- Garantir, no PPA - Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e
2376 na LOA – Lei Orçamentária Anual vigentes e nos dos próximos dez anos, a previsão do
2377 suporte financeiro às metas constantes neste PME;

2378 14- Estabelecer um quadro reserva de profissionais da educação para substituições
2379 eventuais, a fim de atender necessidades temporárias de excepcional interesse do ensino;

2380 15- Garantir aos profissionais da educação com deficiências, e a pais e/ou
2381 responsáveis de filhos (as) com deficiências, flexibilidade no cumprimento da jornada de
2382 trabalho;

2383 16- Proporcionar o equilíbrio biopsicossocial dos profissionais, garantindo a
2384 qualidade no desempenho de suas funções;

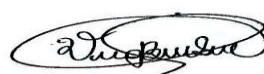
2385 17- Garantir, quando necessário, atendimento psicólogo, fonoaudiólogo aos
2386 profissionais do Magistério Público;

2387 18 - Garantir após aprovação deste plano gratificação especial à profissionais com
2388 necessidade de deslocamento para cumprimento da jornada de trabalho, conforme lei
2389 municipal.

2390 19 - Inserir no Plano de Cargos e Carreiras do município o cargo de apoio
2391 administrativo educacional na função de Mestre da cultura nas escolas indígenas, para garantir
2392 a transmissão de saberes éticos específicos de cada cultura no âmbito da educação escolar
2393 indígena;

2394 20 - Assegurar a capacitação em serviços para aprimoramento da atuação dos
2395 profissionais de apoio e da gestão escolar: apoio administrativo educacional, merendeira,
2396 motoristas, coordenadores e diretores.

2397



2398 **META 10** – Garantir, em regime de colaboração com o Estado e a União, aos
2399 profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando
2400 as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

2401

2402 **ESTRATÉGIAS:**

2403 1. - Garantir que, no prazo de cinco anos, 100% dos professores da Educação Básica
2404 (em todas as modalidades) possuam a formação específica de nível superior, de licenciatura
2405 plena em instituições qualificadas;

2406 2 - Garantir que, no prazo de cinco anos, 100% dos profissionais de apoio
2407 administrativo educacional e técnico administrativo educacional possuam formação específica
2408 em curso profissionalizante;

2409 3 - Oferecer em parceria com as instituições públicas de nível superior, a oferta de
2410 cursos de especialização voltados para a formação de professores para as diferentes áreas de
2411 ensino e, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, da educação de jovens e
2412 adultos e a educação infantil;

2413 4 - Criar, em parcerias com instituições financeiras, programas de financiamento para
2414 aquisição de computadores e de softwares educacionais para professores;

2415 5 - Implantar o Centro de Formação em Serviço dos profissionais da educação da
2416 Rede Pública de Ensino;

2417 6 – Garantir a formação continuada e específica aos professores e gestores do campo
2418 e indígenas que atuam na Educação Básica, em especial na Educação de Jovens e Adultos;

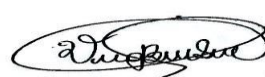
2419 7- Capacitar os educadores de cada unidade escolar do município, em cursos
2420 presenciais de multimeios didáticos, em até dois anos a partir da data de aprovação do PME;

2421 8 - Garantir espaço e tempo para formação em serviço e fora dele para estudos,
2422 pesquisa, e participação em cursos, palestras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, entre
2423 outros programas de cunho educacionais;

2424 9- Garantir, já no primeiro ano de vigência deste Plano, programas de formação
2425 continuada de profissionais que atuam na educação infantil na perspectiva da
2426 indissociabilidade entre o educar e cuidar;

2427 10 - Estabelecer parcerias com as Universidades Públicas e/ou privadas visando criar
2428 oferta de curso de especialização, mestrado e doutorado na área educacional;

2429 11– Incentivar a pesquisa de cunho educacional.



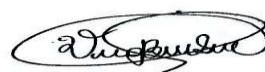
2430
2431
2432
2433
2434
2435
2436
2437
2438
2439
2440
2441
2442
2443
2444
2445
2446
2447
2448
2449
2450
2451
2452
2453
2454
2455
2456
2457
2458
2459
2460
2461

GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 11 - Implantar a Gestão Democrática Plena na Educação.

ESTRATÉGIAS:

- 1- Garantir, em Lei específica, dentro dos 3 (três) primeiros meses após a data de aprovação deste Plano, a criação do CME, Conselho Municipal de Educação;
- 2- Estabelecer, em Lei específica, as formas de Gestão Democrática nas escolas municipais;
- 3 - Nomear gestores escolares a partir de critérios técnicos estabelecidos em escolha popular realizada pela comunidade escolar do município;
- 4- Assegurar a realização de Audiências Públicas para discussão do PPA, LOA e LDO, com ampla divulgação nos meios de comunicação social;
- 5- Zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;
- 6- Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educando, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e execução das metas dos compromissos estabelecidos;
- 7- Criar comitê local do Plano de Ações Articuladas, de forma paritária e democrática, que atue em parceria com o CME, com vistas a fortalecer a implementação das políticas públicas da educação estabelecidas através dos objetivos e metas deste Plano, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dos dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade;
- 8- Mobilizar Ministério Público, entidades da sociedade civil organizada, representantes da educação, entre outros setores sociais, para fiscalização e acompanhamento da implementação do PME;
- 9 - Viabilizar a construção, implementação, consolidação e avaliação do Projeto Político Pedagógico em cada instituição de ensino, de acordo com a concepção de escola democrática, inclusiva e participativa assegurando a especificidade dos mesmos.



2462 **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

2463 **META 12** – Ampliar o investimento em educação.

2464

2465 **ESTRATÉGIAS:**

2466 1- Investir no mínimo 35% da receita resultante de impostos, compreendida a
2467 proveniente de transferência, em educação nos termos dos Art. 68, 69 e 70 da LDB nº
2468 9394/96;

2469 2- Aplicar de maneira gradativa a parcela de 10% do PIB municipal em educação,
2470 sendo: 8% no primeiro ano após a data de aprovação deste plano, 9% no segundo ano e 10%
2471 no terceiro ano;

2472 3- Aumentar a eficiência na arrecadação de impostos municipais, tais como:
2473 IPTU, ITR, ISS, ISSQN, IPVA, entre outros.

2474

2475 **META 13** - Garantir a aplicação de 100% dos recursos financeiros da educação, em
2476 educação.

2477

2478 **ESTRATÉGIAS:**

2479 1- Garantir, que na aplicação dos 100% dos recursos da Educação, seja observado os
2480 seguintes percentuais: o mínimo de 60% na remuneração dos profissionais do magistério, em
2481 pleno exercício da docência, 20% na remuneração dos profissionais de apoio administrativo
2482 educacional e professor nos exercícios de outras atividades técnicas e 20% na manutenção e
2483 desenvolvimento da educação;

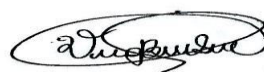
2484 2- Observar os artigos 70 e 71 da LDB nº9394/96 na utilização dos recursos de
2485 Manutenção e Desenvolvimento da Educação.

2486

2487 **V – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

2488

2489 Ao longo dos próximos 10 (dez) anos, teremos que prever acompanhamento e
2490 avaliação, a fim de revisar periodicamente as metas e as estratégias elencadas neste Plano
2491 Municipal de Educação. É indispensável que se tornem público a execução das metas e
2492 estratégias e os avanços oriundos do Plano Municipal de Educação de Rondolândia.



2493 A partir da aprovação deste PME as avaliações ocorrerão de dois em dois anos e um
2494 novo PME/Rondolândia deverá ser elaborado sob nova legislação no decorrer do décimo ano
2495 (2025).

2496 Cabe, ainda, definir os instrumentos e procedimentos de avaliação a serem
2497 respeitados e reorganizados, caso necessário. Salientamos a necessidade de ser previsto o
2498 fluxo migratório na cidade, o fluxo de recursos financeiros de diferentes receitas e outros do
2499 momento da avaliação.

2500 Assim como na elaboração do PME as avaliações deverão ser de caráter
2501 democrático, atendendo às solicitações dos munícipes nos diferentes momentos do processo
2502 de avaliação, como indicação do caminho para avaliar e reconstruir o PME, respeitando os
2503 anseios da população e assumindo o compromisso com o bem comum.

2504

2505

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

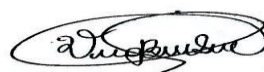
2506

2507 Este Plano Municipal de Educação tem dimensões que alcançam a perspectiva da
2508 educação pública do município de Rondolândia, ou seja, seu principal objetivo é o
2509 cumprimento da obrigatoriedade pelo poder público na oferta da educação e pelo alcance do
2510 direito público do cidadão.

2511 Portanto, é um documento que se propõe a extrapolar as gestões políticas, se
2512 colocando como indutor na definição de políticas públicas para toda a sociedade. Para muitas
2513 pessoas pode parecer estranho que um Plano tenha esse poder, mas na medida em que ele é
2514 apreciado e aprovado pelo Poder Legislativo, e que é sancionado pelo Poder Executivo e se
2515 transforma em Lei, consolida, então, na expressão máxima entre os desejos e possibilidades
2516 da educação.

2517 Sendo assim, por coerência, o atual administrador público da mesma forma que os
2518 demais que virão, devem pautar suas ações a partir das metas e estratégias propostas neste
2519 PME. Afinal, o Plano Municipal de Educação tem o caráter do Plano Estadual e Nacional, ou
2520 seja, a construção do mesmo é mais um passo em busca da educação de qualidade para todos
2521 os protagonistas e o sucesso dessa conquista dependerá da capacidade de mobilização de
2522 todos os atores, na contínua avaliação das metas e estratégias na interação entre as conquistas
2523 individuais e coletivas.

2524



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2525

2526

2527 BRASIL, LEI Nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da
2528 educação nacional. Brasília: 185º da Independência e 108º da República, 1996.

2529

2530 BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Editora Revista dos
2531 Tribunais, 2002.

2532

2533 BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.
2534 Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: II.

2535

2536 BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para o Ensino
2537 Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

2538

2539 BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para o Ensino Médio.
2540 Brasília: MEC/SEF, 1998.

2541

2542 BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.
2543 Brasília: MEC/SEF, 1998.

2544

2545 Plano Nacional de Educação. Lei nº. 13.005/2014 Brasília – DF. Plano Estadual de Educação.
2546 Lei nº 10.111/2014 Cuiabá-MT.

2547

2548 Governo do Estado de Rondônia, Edital de Concurso Público N. 131/GDRH/GAB/SEARH,
2549 de 22 de maio de 2015.

2550

2551 http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad3_ed_indi_div_esc.pdf

2552 Projeto Político Pedagógico da Educação Básica Intercultura para o Povo Zoró, 2013.

2553

2554 Regimento Escolar Interno da Escola Estadual Indígena de Educação Básica ZarupWey.

2555 Diário Oficial do Estado de Rondônia, ano XXVIII, de 22/06/2010, N. 1502, Caderno

2556 Principal.